



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
SOCIEDADE**

CINTHIA FONSECA LOPES

**OCUPANDO MENTES, CONQUISTANDO A TERRA:
O papel das Ocupações de Terra promovidas pelo MST no
processo de Implementação de Assentamentos Rurais de
Reforma Agrária.**

**Fortaleza
2010**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



CINTHIA FONSECA LOPES

OCUPANDO MENTES, CONQUISTANDO A TERRA:
O papel das Ocupações de Terra promovidas pelo MST no processo de
Implementação de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária.

Dissertação submetida ao Mestrado Acadêmico em
Políticas Públicas e Sociedade do Centro de
Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual
do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do
grau de Mestre em Políticas Públicas.

Orientador: Prof^o Dr. Francisco Horacio da Silva
Frota.

Fortaleza
2010

L864o Lopes, Cinthia Fonseca

Ocupando Mentas, Conquistando a Terra: O papel das ocupações de terra promovidas pelo MST no processo de implementação de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária / Cinthia Fonseca Lopes. — Fortaleza, 2010.

113 p.

Orientador: Prof^a. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota.

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados.

1. Ocupação de Terra. 2. MST. 3. Assentamentos Rurais. 4. Política Agrária. 5. Políticas Públicas. I. Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados

CDD: 338.1

CINTHIA FONSECA LOPES

OCUPANDO MENTES, CONQUISTANDO A TERRA:
O papel das Ocupações de Terra promovidas pelo MST no processo de
Implementação de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária.

Dissertação submetida ao Mestrado Acadêmico em
Políticas Públicas e Sociedade do Centro de
Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual
do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do
grau de Mestre em Políticas Públicas.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota (orientador)
Universidade Estadual do Ceará

Profa. Dra. Catarina Tereza Farias de Oliveira
Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dra. Liduína Farias Almeida da Costa
Universidade Estadual do Ceará

AGRADECIMENTOS

Muitas são as pessoas que acompanharam as loucuras, doçuras e aventuras dessa dissertação e, dificilmente conseguiria elencar todas que, de alguma forma, contribuíram para essa pesquisa. Mas, algumas pessoas foram particularmente especiais e a elas deterei meus agradecimentos.

Inicialmente agradeço – sobremaneira – ao meu orientador, professor Horacio Frota que conseguiu entender e me apoiar em toda a difícil e atribulada trajetória, desde o primeiro semestre do mestrado até à sua finalização.

À Professoras Liduína Farias e Catarina Oliveira pela disponibilidade em participar da banca mesmo com suas vidas acadêmicas e profissionais tão atribuladas nesse período nada convencional para defesa.

À Erivânia, companheira de longa data e responsável central pela possibilidade de conclusão dessa dissertação que estava fadada a permanecer arquivada por tempo indefinido.

À minha mãe e irmã que, mesmo não sabendo o que eu “tanto fazia” sempre estavam dispostas a apoiar e parabenizar minhas descobertas.

Aos professores do Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade, em especial aqueles que tive mais perto como aluna, recebendo conselhos ou socializando angustias, agradeço aos professores Hermano Machado, Liduína Farias, Glauciria Brasil, Josênio Parente, Rejane Bezerra e Helena Frota, esta última um agradecimento especial pois me acompanha (e me ampara) desde a graduação como minha tutora do PET.

À Cristina Nobre (Cristininha), Valney Rocha, Emanuel Bruno, Estênio Ericsson, sempre tão carinhosos e atenciosos durante esses anos, me aconselhando e estimulando em todo o processo dessa “insana” vida acadêmica.

Aos dirigentes do MST, pela amizade, disponibilidade e apoio em todos os meus projetos junto ao Movimento desde a graduação.

À Funcap que, por um ano, me concedeu uma bolsa para que eu pudesse me dedicar ao mestrado.

RESUMO

Há aproximadamente 25 anos, o Brasil vê surgir no cenário nacional um novo sujeito coletivo na luta pela Reforma Agrária – O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. O Movimento surge em um período que se acirra o processo de expropriação e exploração dos trabalhadores rurais, devido – essencialmente – a acelerada mecanização do campo e de incentivos fiscais para os grandes produtores. Entendendo a urgência de por a questão agrária na pauta política, em janeiro de 1984 realiza-se o 1.º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. As bases desse novo Movimento, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - são lançadas, levando ao campo e às cidades novas estratégias de luta e resistência. Dentre essas estratégias podemos atribuir papel central às Ocupações de Terra não só enquanto estratégia de ação do Movimento, como, fundamentalmente, importante elemento na construção da sua identidade – interna, junto aos demais trabalhadores rurais; e externa, junto a opinião pública. A partir dessa questão, este trabalho procurou analisar o papel das ocupações de terra promovidas pelo MST no processo de consolidação dos Assentamentos de Reforma Agrária. Para a realização da pesquisa utilizamos diversos recursos metodológicos, como: entrevista semi-estruturada com dirigentes do MST; diário de campo para registrar as observações em ocupações rurais e urbanas; análise dos documentos internos do Movimento e de Revistas e Jornais Sem Terra e, ainda; criteriosa revisão bibliográfica centralizada nas categorias de análise: Ocupações de Terra, Movimento Sem Terra e Assentamentos Rurais

Palavras-Chaves: Movimento Sem Terra. Ocupações de Terra. Assentamentos Rurais. Política Agrária. Políticas Públicas

ABSTRACT

There are approximately 25 years, Brazil has seen the emergence on the national scene a new collective subject in the struggle for Agrarian Reform - The Movement of Landless Rural Workers - MST. The movement comes at a time that intensifies the process of expropriation and exploitation of rural workers, because - essentially - the accelerating mechanization of the countryside and tax incentives for large producers. Understanding the urgency of the agrarian question by the political agenda in January 1984 is held the first. National Meeting of the Landless Rural Workers. The foundations of this new movement, the Movement of Landless Rural Workers - are released, leading to the countryside and the cities with new strategies of struggle and resistance. Such strategies can be attributed to the central Land Occupations not only as an action strategy of the Movement, as fundamentally important element in the construction of identity - domestic, together with other rural workers, and outside, with public opinion. From this question, this study sought to analyze the role of land occupations by the MST promoted in the process of consolidation of Agrarian Reform Settlements. To carry out the research methodology used various resources, such as semi-structured interviews with MST leaders, field journal to record observations in urban and rural occupations; review of internal documents of the Movement and the Landless Magazines and newspapers, and also ; careful review centered in the categories of analysis: Land Occupations, Landless Movement and Rural Settlements.

Key Words: Landless Movement. Land Occupations. Rural Settlements.

LISTA DE GRAFICOS E QUADROS

GRAFICO	PAG
GRÁFICO 01_ Ocupações de terra por responsável.....	47
GRÁFICO 02_ Proporção de Famílias Assentadas X Ocupações Realizadas nos Governos Collor /Itamar	73
GRAFICO 03_ Ocupações realizadas na Gestão FHC.....	78
GRAFICO 04_ Ocupações de Terra por ano_Governo LULA.....	85
GRAFICO 05_ Assentamentos Criados no Ceará em cada gestão de Governo.....	87
 QUADRO	
QUADRO	PAG
QUADRO 01_ Estrutura Organizativa do MST.....	40
QUADRO 02_ Acampamentos Rurais originados de ocupações do MST no estado do Ceará (ano_2009).....	50
QUADRO 03_ Famílias Assentadas no Governo Collor e Itamar: Comparação entre o que foi Planejado e Executado.....	73
QUADRO 04_ Famílias Assentadas no Governo FHC segundo o Governo e a ABRA.....	79
QUADRO 05_ Comparativo entre Ocupações de Terra X Famílias Assentadas.....	80
QUADRO 06_ Comparação entre o quantitativo de assentamentos criados e famílias beneficiadas por Governo segundo o INCRA– De Collor à Lula.....	84
QUADRO 07_ Comparação entre o quantitativo de assentamentos criados e famílias beneficiadas por Governo segundo o DATALUTA– De Collor à Lula.....	84
QUADRO 08_ Familias Assentadas no Ceará em cada Gestão de Governo.....	88

LISTAS DE FIGURAS E FOTOS

FIGURA	PAG
FIGURA 01_ Ocupações de Terra no Ceará por Entidades Responsáveis.....	49
FIGURA 02_ Os 'espaços' do Acampamento e a Construção da Identidade Sem Terra.....	59
FIGURA 03_ Recortes da Edição N. 32_SET/OUT 2005_ Revista Sem Terra.....	82
FIGURA 04_ Espacialização dos Assentamentos Rurais do Estado do Ceará.....	89

FOTO	PAG
FOTO 01_ Ocupação do MST em frente ao Palácio de Iracema.....	51
FOTO 02_ Mística apresentada no Encontro de Jovens em 2007.....	63
FOTO03_ Ocupação em área Urbana_ Articulação CMP e MST	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária
- ACACE – Associação de Cooperação Agrícola do Estado do Ceará
- ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola
- ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
- CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
- CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
- CIC – Centro Industrial do Ceará
- CIMI – Conselho Indigenista Missionário
- CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CNRA – Campanha Nacional pela Reforma Agrária
- CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito.
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- CRID – Centros Rurais de Inclusão Digital
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
- EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica
- FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
- FETRAECE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará
- FHC – Fernando Henrique Cardoso
- IBASE – *Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas*
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITR – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MEPF – Ministério Extraordinário da Política Fundiária

MIRAD – Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária

NMS – Novos Movimentos Sociais

PCT – Programa Cédula da Terra

PIB – Produto Interno Bruto

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PT – Partido dos Trabalhadores

RA – Reforma Agrária

SIMBRATER – Sistema Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

SIPRA – Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UOL – Universo On Line

SUMÁRIO

	PÁG
Agradecimentos	
Resumo	
Lista de Gráficos e Quadros	
Lista de Figuras e Fotos	
Lista de Abreviaturas e Siglas	
1.0 Ferramentas em Punho, Pensamento Adubado: introduzindo o Debate	14
1.1. O Solo em Análise.....	15
1.2. Ferramentas de Pesquisa.....	19
1.3. O que Germinou.....	21
2.0. O Terreno Perfeito: Novo Contexto e Novos Personagens no Brasil Democrático.....	23
2.1. O Cenário Brasileiro no processo de Redemocratização: Velhos e Novos Personagens em Cena.....	24
2.2. Saindo dos Bastidores: Luta e Resistência no Brasil Rural.....	29
2.3. As Sementes Vindas do Sul: Surgimento e Estruturação do MST.....	35
2.4. O MST nas Terras de Iracema.....	41
3.0. Ocupando Mentes, Plantando as Sementes: As Ocupações de Terra e seu significado para o MST	44
3.1. Ocupando Mentes: Debate conceitual sobre ocupação de terras.....	45
3.2. Plantando as Sementes: Organização e Estrutura das Ocupações de Terra.....	52
3.3. Montando a Lona: A <i>mística</i> do Acampamento e a consolidação da Identidade Sem Terra.....	57
3.4. Conquistando a Terra: Conceituando os Assentamentos Rurais de Reforma Agrária.....	64

4.0. Acampando sob o Estado: o Tratamento dado à questão agrária e às ocupações nos Governos Collor/Itamar, FHC e Lula; e, a <i>armação</i> da lona em solo cearense.....	69
4.1. Governo Collor/Itamar.....	70
4.2. Governo FHC.....	74
4.3. Governo LULA.....	81
4.4. A implementação dos Assentamentos Rurais no estado do Ceará e o papel do MST.....	86
5.0. Colhendo os frutos dessa ação: à Guisa de Conclusão.....	91
6.0. Referencias Bibliográficas.....	95
7.0. Anexos.....	105
Anexo 01_ Lista de Entrevistados.....	106
Anexo 02_ Roteiro de Entrevista.....	107
Anexo 03_Quadro com Ocupações de Terra no ceará_ Por ano.....	108
Anexo 04_Projetos de Assentamentos existentes por município_ Estado do Ceará.....	112

1.0.

FERRAMENTAS EM PUNHO, PENSAMENTO ADUBADO

Introduzindo o Debate.

“Faltam pesquisadores sérios que não queiram transformar pesquisas em teses universitárias, mas que pesquisem a partir da sua vinculação prática e ajudem a implementar as saídas apontadas.” (CONCRAB, 1998: 07)

1.1 O SOLO EM ANÁLISE

Há aproximadamente 25 anos, o Brasil vê surgir no cenário nacional um novo sujeito coletivo na luta pela Reforma Agrária – O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

O Movimento surge em um período que se acirra o processo de expropriação e exploração dos trabalhadores rurais, devido – essencialmente – a acelerada mecanização do campo e de incentivos fiscais para os grandes produtores.

O desenvolvimento dessas políticas, segundo João Pedro Stédile, em seu livro *A reforma Agrária e a Luta do MST*, acarreta,

- Alta concentração da propriedade da terra...;
- A má utilização da terra e demais recursos naturais [... que] se destinam ao monocultivo de exportação, que interessa aos países centrais, ou à produção de matérias primas vinculadas à grande agroindústria multinacional;
- O êxodo rural forçado e a migração para regiões nas fronteiras com outros países; (1997: 98-99).

Fruto dessa situação eclode uma série de conflitos isolados em diversas áreas rurais do país. Dentre eles, pode-se citar,

Boicotes e bloqueios de estradas pelos produtores rurais (de suínos, sojas, etc), por uma melhor política agrícola e pela fixação de preços mínimos. As greves de assalariados e bóias-frias (cortadores de cana e picadores de laranja), pela melhoria de salários e condições de trabalho... O Movimento de Mulheres Agricultoras que reivindicavam, sobretudo, o direito à sindicalização e à previdência social. (SCHERER-WARREN, 1996:98)

E, ainda, segundo a mesma autora, o Movimento dos Seringueiros, as Manifestações dos Colonos Atingidos por diversas obras estruturantes, por exemplo, as Barragens de Sobradinho, Itaipu, Itaparica, dentre outros. (SCHERER-WARREN, 1996)

Entendendo a urgência de pôr a questão agrária na pauta política, em janeiro de 1984 realiza-se o 1.º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra com a participação de aproximadamente 80 trabalhadores rurais de 12 estados diferentes e, ainda, representantes da CUT, CPT, CIMI, ABRA e Pastoral

Operária. Dentre as principais deliberações do encontro, podem-se citar duas que se julgam centrais (MST: 1989),

- A utilização das ocupações de terra como uma ferramenta 'fundamental e legítima' dos trabalhadores rurais;
- A tarefa de construir um Movimento de âmbito nacional e articulado organicamente para fortalecer as lutas pela transformação da realidade do campo e construção de um projeto alternativo atrelado à classe trabalhadora.

As bases desse novo Movimento, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra¹ - são lançadas, levando ao campo e às cidades novas estratégias de luta e resistência.

A Cena Pública passa a presenciar um repertório de ações até então pouco exploradas pelos Sujeitos Políticos do Campo, com a realização de grandes acampamentos em vias públicas, Marchas e Caminhadas que chegam a durar meses, ocupações de diversas Fazendas simultaneamente, com um grande contingente de trabalhadores rurais envolvidos na ação, ocupações de prédios públicos, etc.

Leonilde Sérvolo de Medeiros afirma que essas ações criaram,

Fatos políticos atraíram a atenção da opinião pública, colocando o tema da terra em debate e gerando a explicitação de oposições e alianças e um reconhecimento político do tema, num momento em que muitos defendiam que a modernização tecnológica das atividades agrícolas havia eliminado a questão agrária da pauta política. (MEDEIROS, 2007:41)

Esse cenário tornou-se o foco particular de inquietações acadêmicas há cerca de 10 anos, tornado-se assunto de diversos estudos da pesquisadora em questão. Culminou-se, dessa forma, em 2004, no tema da monografia apresentada como requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, intitulada: 15 Anos em Movimento: A Organização Política do MST no Ceará. Na ocasião, a

¹ Temos a compreensão, compactuando com Stedile, de que esse é apenas o marco histórico em que se decide pública e oficialmente a criação de um Movimento de âmbito nacional, no entanto, a sua gestação inicia-se desde a década de 70 quando os trabalhadores rurais retomam as lutas massivas pela terra através de ocupações e mobilizações isoladas em diversos locais do país. (1997).

pesquisa concentrou-se nos principais marcos da trajetória de inserção, consolidação e amadurecimento do MST no estado.

Além desses estudos teóricos, teve-se a oportunidade de vivenciar por aproximadamente 01 ano a operacionalização dessas ações trazidas pelo Movimento mediante o exercício profissional no Setor de Projetos da ACACE – Associação de Cooperação Agrícola do Estado do Ceará².

Nesse período de estudos e atuação profissional ficou notório o papel das ocupações de terra como estratégia central utilizada pelo MST para pressionar o Estado a fim de conquistar ações para o campo.

Passados quatro anos dessa experiência - ao submeter o projeto de pesquisa à seleção do mestrado – a pesquisadora não se propôs a continuar os estudos agrários devido aos novos rumos profissionais tomados. No entanto, o desejo latente de retornar aos antigos estudos nunca cessou, pois freqüentemente percebia-se rascunhando e lendo sobre o campo/rural. Outra inquietação vinha do campo político, do compromisso que assumiu junto ao Movimento em contribuir com as suas discussões e lutas.

Após um ano de indefinição, decidiu-se por resgatar os estudos sobre as Lutas no Campo, iniciando outra problemática: dentre a multiplicidade de assuntos urgentes e interessantes, qual seria o tema que ao mesmo tempo, contribuísse para fortalecer as lutas do Movimento e fosse de interesse para a pesquisadora?

Foram várias as idéias, desde estudos mais teóricos – de análises meramente conceituais - até a utilização de pesquisa-ação junto aos trabalhadores de assentamentos. Em cada visita realizada, em cada conversa ocorrida durante esse período (a maior parte completamente desvinculada do tema escolhido para a dissertação) novas demandas e temas iam surgindo, até a opção pelo estudo das ocupações de terra.

Pode-se afirmar, mesmo antes da pesquisa e com muito mais respaldo após sua realização, que as Ocupações de Terra possuem papel central não só

² A ACACE é uma instituição *vinculada* ao MST-CE responsável por prestar assessoria técnica aos assentamentos assistidos pelo Movimento.

enquanto estratégia de ação do Movimento, mas, fundamentalmente, na construção da sua identidade – junto aos demais trabalhadores rurais (interna), assim como, junto à opinião pública (externa).

Dessa forma, passados 25 anos do marco inicial do MST no Brasil e 20 anos da primeira ocupação de terra organizada pelo MST no Ceará, vale avaliar a efetividade dessa estratégia.

Assim, a pesquisa intitulada: *Ocupando Mentes, Conquistando a Terra: O papel das ocupações de terra promovidas pelo MST para a implementação de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária* buscará refletir sobre as seguintes questões:

Teriam as ocupações de terra poder de pressionar o Estado para que implemente mais ações no campo?

Quais os ganhos concretos, do ponto de vista da posse da terra e implementação de políticas públicas setoriais que podem ser atribuídas a essa ação?

Qual o significado dessas ocupações para os dirigentes do Movimento?

Para além da consolidação de políticas públicas setoriais, estariam as ocupações de terra sendo um importante instrumento para concretizar a Reforma Agrária?

Na tentativa de elucidar essas questões, alguns instrumentos serão detalhados a seguir.

1.2 AS FERRAMENTAS DE PESQUISA

Expõem-se a seguir as várias “ferramentas” metodológicas utilizadas para a realização dessa pesquisa. Para fins didáticos apresentar-se-á separadamente cada método/técnica. No entanto, estas ações ocorreram de forma simultânea e continuada durante todas as etapas de elaboração dessa dissertação.

Após a definição do tema iniciaram-se as leituras sobre os Movimentos Sociais Rurais, em especial, o MST. Buscou-se compreender, a partir de Gramsci, o Papel do Estado na criação de Políticas Públicas e o papel central da Sociedade Civil (incluído o MST) nesse processo, dando continuidade às reflexões com as obras de BEHRING (2007), SADER (1995), DURIGUETO (2007) e LAUREAL (1997).

Em relação ao MST e aos Movimentos Sociais do Campo, construiu-se uma fértil discussão por meio de obras do próprio Movimento e de autores como MEDEIROS (2007), DAGNINO (2004), TELLES (1999), GOHN (1998, 2002, 2005), SADER (1995), NOGUEIRA (2005), MARTINS (1984, 1989, 1991, 1995, 1997), CALDART (2004).

Para fundamentar as discussões sobre as Ocupações, optou-se por captar as multiplicidades de conceitos e opiniões sobre esse termo, analisando:

- Aspectos jurídicos – por meio de leis e decretos que disciplinam essa ação;
- Opinião Pública – mediante as impressões/opiniões da mídia impressa sobre as ocupações, em especial, àquelas definidas pelo Movimento como “mídia burguesa”;
- Publicações do Movimento, como os Cadernos de Formação, Revista Sem Terra e Jornal Sem Terra³, bem como livros e cartilhas de autores que coadunam com as idéias do MST, tais

³ Inicialmente iríamos analisar apenas as revistas e jornais existentes na Secretaria Estadual do MST, 23 e 47 exemplares, respectivamente, em um universo de 51 revistas e 300 jornais, no entanto, tivemos acesso ao site do NERA –Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária da UNESP , onde o mesmo disponibiliza todas as revistas e jornais Sem Terra em formato digital com a possibilidade de pesquisa por palavra, o que facilitou a análise de todos os exemplares.

quais, STÉDILE (1994, 1997, 2001), FERNANDES (1996, 1999, 2001), BOGO (1999);

- Publicações de autores que divergem do MST sejam vinculadas à Academia, ao Estado, ou ao Agronegócio, como NAVARRO (1997, 1998, 2002), UDR, e, mais recentemente, MARTINS (2004).

Coletaram-se, ainda, diversos documentos/publicações institucionais do MST, CPT e INCRA que auxiliaram a entender sobre os conflitos no campo, as ações governamentais, história das lutas no campo e a implementação de assentamentos e políticas setoriais.

Além dessas atividades de cunho mais documental e bibliográfico, realizaram-se Entrevistas Semiestruturadas com Dirigentes Estaduais do MST, em especial, aqueles responsáveis pelo Setor de Frente de Massas, Direitos Humanos, Educação, Relações Públicas e Formação Política. (Ver ANEXO 01 – Lista de Entrevistados e ANEXO 02 – Roteiro de Entrevista).

Essa escolha baseou-se no papel central que esses atores assumem no processo de organização de uma ocupação e de negociação junto ao Estado.

Outras Entrevistas realizadas pela pesquisadora nesses últimos anos tendo como foco outras temáticas vinculadas ao MST foram revistas, atualizadas e utilizadas nessa pesquisa.

Além das ‘ferramentas’ utilizadas, a metodologia aplicada teve um direcionamento político claro de apoio, defesa e respeito à luta dos trabalhadores do campo.

Isso não quer dizer que o texto irá negar a realidade para exaltar o Movimento. Como bem apresenta Bernardo Mançano, em sua obra *Questão Agrária, Pesquisa e MST: imparcialidade e rigor científico não são sinônimos de ‘apolítico’*, sendo que, para o *pesquisador militante*,

A ciência tem como significado a perspectiva de transformação das realidades estudadas, bem como da sociedade. Desse modo, há um intenso compromisso com as pessoas que são sujeitos de um objeto de pesquisa e que também contribui – e muito – com o desenvolvimento da ciência. (FERNANDES: 2001, 17)

Por isso, pode-se afirmar que há uma postura política definida em consonância com o compromisso acadêmico e rigor científico na realização dessa pesquisa. Até mesmo porque ao desvelar a realidade e refletir sobre possíveis problemas encontrados no seio da luta pela terra, contribui-se para que o Movimento reveja sua base de ação e qualifique ainda mais sua postura frente à problemática do Campo.

1.3. O QUE GERMINOU

O resultado dessa pesquisa foi dividido em 05 partes, as quais foram assim distribuídas:

A **Primeira Parte**, *‘Ferramentas em Punho, Pensamento Adubado: Introduzindo o debate’*, que ora se expõe, trata do contexto em que a pesquisa se apresenta (recorte histórico/conceitual), bem como as motivações que levaram à escolha do tema. Expõe, ainda, as “ferramentas”, ou seja, os métodos e técnicas utilizados para a coleta e análise de dados e, por fim, apresenta o que se tem como resultado: o conteúdo e estrutura do texto.

A **Segunda Parte**, *‘O Terreno Perfeito: Novo Contexto e Novos Personagens no Brasil Democrático’*, leva a percorrer um breve contexto histórico do período em que surge o MST. A Remissão aos momentos mais relevantes que contextualizam o surgimento do MST se faz necessária e, porque não dizer, imprescindível para que se tenha o claro entendimento das tendências, paradigmas e reflexões em voga no período em que se processou a construção / consolidação político-ideológica do Movimento.

Percorre-se, nessa etapa, o cenário da redemocratização, a reorganização dos Movimentos Sociais, bem como os impactos desse contexto no Brasil Rural. Ainda nessa etapa, propõe-se a reconstruir a trajetória histórica e de territorialização do MST, realizando um recorte intencional na experiência ocorrida no Ceará.

A **Terceira Parte**, “*Ocupando Mentas, Plantando as Sementes: As Ocupações de Terra e seu significado para o MST*”, debruça sobre os diversos significados das ocupações de terra, bem como traça – de forma detalhada – como esse processo ocorre.

Pautados na discussão de Fernandes e dos Militantes entrevistados, reflete-se sobre os acampamentos enquanto extensão das ocupações e, por fim, tecem reflexões sobre os conceitos e problematizações sobre os Assentamentos Rurais de Reforma Agrária – foco central das ocupações.

A **Quarta Parte**, “*Acampano sob o Estado: o Tratamento dado à questão agrária e às ocupações nos Governos Collor/Itamar; FHC e Lula e a armação da lona em solo cearense*”, busca refletir sobre as formas diferenciadas com que cada governo pautou a questão agrária, apresentando dados quantitativos, legislações criadas e respostas dadas aos Movimentos Sociais em cada “governo democrático”.

Busca-se ainda apresentar o Cenário cearense a partir da apresentação das ocupações de terras e dos assentamentos criados no estado.

A **Quinta Parte**, “*Colhendo os frutos dessa ação: à Guisa de Conclusão*”, momento final desse estudo, tece algumas reflexões sobre o papel efetivo das ocupações no processo de constituição dos Assentamentos, e avaliação que o Movimento faz sobre essa estratégia.

2.0.

O TERRENO PERFEITO

Novo Contexto e Novos Personagens no Brasil Democrático

“Os conflitos de terra estavam se abrangendo muito e a miséria crescendo, o povo estava sofrendo, os trabalhadores, as crianças morrendo por causa da má alimentação. Os patrões botavam os moradores para fora, botavam trator para derrubar as casas do morador... era uma luta grande que chegou até a acontecer morte, em Caiçara, em Monte Castelo..”.
(Maria Lima_ Assentamento 25 de maio_ sobre o Cenário Cearense na década de 80)

2.1 O CENÁRIO BRASILEIRO NO PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO: VELHOS E NOVOS PERSONAGENS EM CENA

No final da década de 70, o Brasil protagoniza uma série de transformações que alteram decisivamente o cenário político, econômico e sócio-cultural do país.

No âmbito econômico, esgotava-se o modelo nacional desenvolvimentista agro-exportador, que nos últimos anos havia sido responsável pelo que ficou conhecido como o “milagre econômico”. O “milagre” sustentava-se em 03 pilares,

O aprofundamento da exploração da classe trabalhadora submetida ao arrocho salarial, às mais duras condições de trabalho e à repressão política; a ação do Estado, garantindo a expansão capitalista e a consolidação do grande capital nacional e internacional, e a entrada maciça de capitais estrangeiros na forma de investimento e de empréstimos (HABERT, 1996:13-14)

Esse sistema elevou o PIB brasileiro e o consumo da classe média, mantendo, ao mesmo tempo, os níveis de inflação estáveis. No entanto, uma estrutura econômica baseada na exploração e subordinação aos interesses externos não poderia se sustentar por muito tempo. Assim, o ‘milagre econômico’ chega ao cabo, concomitantemente à crise de 73 (Crise do Petróleo) que assola os principais países do capitalismo desenvolvido.

A forte subordinação brasileira à ordem capitalista internacional fez que o país fosse severamente atingido por essa crise. Nos países de capitalismo avançado, a crise de 1973 atingiu a base do Welfare State causando também uma crise política e social.

No Brasil, como afirma Íris Moreira de Oliveira, no livro Política Social no Capitalismo Contemporâneo,

Nunca se teve um estado de bem estar social. Até 1930, a pobreza foi considerada disfunção social ou problema de polícia. Quando o Estado Brasileiro resolveu enfrentar institucionalmente os problemas decorrentes da questão social, o fez com medidas pontuais mais voltadas a regular o mercado de trabalho... Assim, até a Constituição de 88, uma característica da Política Social Brasileira é o acesso a algumas medidas de proteção social apenas para parcela da população brasileira que se encontrava formalmente no mercado de trabalho. (2008:112)

Essa assertiva contribui para o entendimento de que o problema central vivenciado pelo país não estava vinculado à falência ou não de um sistema de proteção social, mas aos impactos sociais impressos pela crise de 73.

O aumento das importações, não em quantidade de mercadorias, mas em valor dos produtos, a queda dos preços das matérias-primas, o déficit na balança comercial culminaram em uma recessão de produtividade na agricultura e na indústria e conseqüente elevação do desemprego. (FIORI, 1993)

No Brasil, era acrescido a esse cenário um acelerado processo de urbanização que – em conseqüência – inchou os centros urbanos, fez surgir inúmeras favelas e cortiços sem a menor condição de habitabilidade, ampliando a demanda/necessidade de políticas sociais que atendessem a essa população.

O país possuía, ainda, outra condição bastante peculiar: viviam-se os primeiros passos de uma lenta abertura política após, aproximadamente, 10 anos do abril de 1964, que instituiu no país o regime “político ditatorial-terrorista” (NETTO, 2008).

Até esse momento, o sistema de repressão da ditadura havia conseguido sufocar – com êxito – qualquer forma de contestação contra o regime ou cenário brasileiro (seja ele, econômico, político ou social). No entanto, Nogueira, na obra *Um Estado para a Sociedade Civil*, traz novos elementos para demonstrar que essa crise – além dos impactos econômico-sociais - fragilizou a base da ditadura, pois “fracionou o bloco de sustentação do regime, generalizou o descontentamento das camadas médias e do operariado, fazendo vir à tona novas energias e novos sujeitos produzidos pela modernização do país.” (2005:19-20)

Frutos dessa fragilidade do bloco do poder associada ao descontentamento desses novos sujeitos, surgem nesse período diversos movimentos reivindicatórios, tais como: Movimento das Comunidades Eclesiais de base; Movimento das Pastorais de Periferia Urbana; Movimento da Luta pela Carestia; Movimento do Custo de Vida; Movimento dos Loteamentos Clandestinos; Movimento das Favelas. (GOHN, 2002)

Pode-se afirmar que essas primeiras manifestações populares estavam diretamente vinculadas à crise econômica e as difíceis condições de vida ocasionadas por esta.

Apesar do foco inicial de reivindicações está restrito aos interesses individuais e imediatos, como melhoria das condições de vida, diminuição dos preços dos bens de consumo, oferta de transporte público, etc; novos movimentos de contestação mais amplos passam também a dividir o palco nacional, trazendo ao espaço público questionamentos ao regime político vigente e diversas demandas no âmbito dos direitos sociais, civis e políticos.

Esse imbricamento de demandas – até certo ponto – divergentes, tendo de um lado setores das classes populares reivindicando acesso a terra, equipamentos sociais e transporte público, e de outro as camadas médias organizadas pela luta das mulheres, dos negros, estudantes em defesa do meio ambiente, etc; foi possível – como assevera Gohn no livro *Movimentos Sociais e a luta pela moradia* – devido a alguns denominadores comuns,

A construção das identidades mediante as semelhanças pelas carências; o desejo de se ter acesso aos direitos mínimos e básicos dos indivíduos e grupos enquanto cidadãos; e fundamentalmente a luta contra o *status quo* predominante: o regime militar. (1998:34)

Assim, compartilhando o mesmo Cenário Político, os Movimentos Sociais das mais diversas finalidades trazem suas estratégias e reivindicações a público. Fazendo emergir um debate conceitual entre o “velho” e o “novo” no Movimento Social.

Entre Velhos e Novos, uma gama de Movimentos e lutas sociais (re) emergiram nessa época, como: Movimento Pela Redemocratização do País; Movimentos Feministas; Comissão Pastoral da Terra; Movimento pela Anistia; Movimento Sindical; Movimento Estudantil; Greves de Trabalhadores; Movimento de professores e de outros profissionais do serviço público; Movimento dos Atingidos por Barragem e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. (GOHN,2002)

Não há pretensão de aprofundar essa discussão, mas, em linhas gerais, pode-se afirmar, pautando na obra *Quando Novos Personagens Entraram em Cena* de Eder Sader (1995), que os chamados Velhos Movimentos Sociais são aqueles

vinculados às lutas político-sindicais ligados às questões estruturais e mudanças dos paradigmas produtivos/econômicos da sociedade. Enquanto os Novos Movimentos Sociais (NMSs) deslocaram essas discussões para o âmbito dos valores, da moral, trouxeram ao espaço público questões – anteriormente – relegadas ao âmbito interno/intimo como questões específicas de gênero, raça, orientação sexual.

Contribuindo para a discussão, Gohn afirma, ainda, que a diferença entre o velho e o novo não está – determinadamente – nas demandas ou contendas desses Movimentos, a diferença está na “forma e o modo de equacionar e de encaminhar as demandas, assim como o sistema de suas possíveis soluções” (1995: 203); visto que, as questões ambientais ou do papel da mulher na sociedade – temas recorrentes nas pautas dos NMSs – também estavam presentes nos debates dos ‘ditos’ Velhos Movimentos Sociais. No entanto, este inseria suas pautas de contestação dentro do conflito capital-trabalho, enquanto aquele inseria em uma discussão cultural, de valores e de construção de novas sociabilidades.

Apesar de alguns autores afirmarem que o processo de redemocratização foi uma medida tomada “do alto para baixo” ou como alguns afirmam, mediante uma transição pela transação, pauta-se no cenário supramencionado para perceber o quão Movimentado foi esse período.

Concorda-se com NOGUEIRA quando afirma que os movimentos sociais protagonizaram esse processo, estabelecendo uma pressão/oposição à proposta de “transição gradual” pensada pelos setores “autocráticos burgueses” (2008).

O resultado dessa vitalidade dos Movimentos Sociais pode ser percebido no papel central que estes assumiram em marcos decisivos na reconstrução democrática. Pode-se citar como um desses marcos, um forte movimento de massas que ficou conhecido como Diretas Já,

Esse movimento se desenvolveu em torno da votação da emenda Dante de Oliveira, que transformava em diretas as eleições para presidente da república e necessitava da maioria de 2/3 do Congresso para sua aprovação. A emenda foi votada em abril de 1984 e não conseguiu essa maioria qualificada. (COUTO, 2008:47)

Apesar da emenda não ter conseguido o número de votos necessários, pode-se afirmar que essa ação influenciou decisivamente no processo de transição

democrática, tendo como resposta a eleição – pela primeira vez– de um civil para Presidente da República, após quase 20 anos de ditadura militar.

Ao mesmo tempo, diversos grupos sociais, sindicatos, partidos políticos movimentos de igreja, foram requisitados a participar do Movimento Pré- Constituinte e lá travar intensos debates para garantir que direitos sociais, civis e políticos historicamente almejados pelas camadas populares fossem impressos na Carta Magna.

DURIGUETTO, em sua obra Sociedade Civil e Democracia, apresenta um caráter particular de participação popular no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988,

Neste, o amplo movimento da ‘participação popular na constituinte’, que elaborou emendas populares à Constituição e coletou subscrições em todo o país, revelou uma sistematização das demandas populares – antes reveladas por ações ‘diretas e de rua’ – em propostas políticas elaboradas e levadas aos canais institucionais. (2008:149)

Estes canais institucionais são apresentados por Berenice Rojas Couto na obra O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira e, podem ser assim sistematizados:

- Participação de entidades associativas que poderiam apresentar sugestões a comissões específicas;
- Audiências públicas abertas a entidades representativas da sociedade civil para debater os trabalhos das comissões específicas;
- Indicação de emendar populares mediante assinatura de 30 mil eleitores. (2008)

Ao todo foram instituídas 24 Comissões Especiais; foram apresentadas 65.809 emendas ao texto constitucional, sendo 122 destas apresentadas pela população mediante abaixo-assinado, das quais 83 foram acatadas.

Refunda-se, então, o Estado Democrático Brasileiro, com claros traços de Continuidade e Ruptura com o período que o antecedeu. Por um lado, continuidade

dos fortes laços de dependência com o capital internacional e por outro, ruptura com o antigo sistema de repressão/sufocamento da voz popular, com a criação de mecanismos institucionais/legais compulsórios que disciplinam a participação popular no processo de decisão/gestão do Estado.

Além disso, inova-se com a promulgação de uma constituição com amplos direitos sociais, civis e políticos, fato que lhe confere o nome de Constituição Cidadã.

Esse cenário não é privativo do espaço urbano, o meio rural também recebe os reflexos e protagoniza muitos contextos vivenciados no 'Terreno' apresentado. Esse "impacto" no mundo rural será foco das reflexões no tópico a seguir.

2.2. SAINDO DOS BASTIDORES: LUTA E RESISTÊNCIA NO BRASIL RURAL.

Embalado na luta pela promulgação da Constituição, segmentos vinculados a luta pela Reforma Agrária, como CONTAG, ABRA, MST, CUT, CGT, FASE, etc, organizaram-se em torno da Campanha Nacional pela Reforma Agrária (CNRA). As discussões e debates sobre o campo ecoavam no espaço urbano e se agregavam a outros direitos sociais, civis e políticos exigidos.

Inspirados pelas Diretas Já, em meados da década de 80, esses segmentos da sociedade organizam um movimento conhecido como Reforma Agrária Já, que pressionou o governo para a aprovação, no mesmo ano, do PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária).

Percebendo a resistência dos camponeses organizados, os grandes proprietários rurais criaram, em 1985, a União Democrática Ruralista (UDR), que tinha como fundamento representar politicamente os produtores rurais, tornando-se um dos principais empecilhos à democratização do acesso à terra.

Pautada na defesa irrestrita do direito à propriedade privada e do respeito apenas àquelas leis que defendiam a manutenção de seu patrimônio, a UDR

utilizou, por diversas vezes, a violência para (como preconizava) ‘manter a ordem’ no campo. O que queria, na verdade, era dar continuidade a uma ordem de legitimação do seu poder frente ao trabalhador sem terra.

A base de constituição dessa nova entidade era composta prioritariamente, por “pecuaristas – ‘os primeiros alvos da reforma agrária’, para quem a terra assume uma importância fundamental em razão do sistema arcaico de criação extensiva, ainda, dominante em todo o Brasil.” (BRUNO, 1997:53)

A UDR conseguiu polarizar, em contraponto aos segmentos da sociedade civil sensíveis à Reforma Agrária, a discussão para a aprovação da PNRA, chegando a descaracterizar muitas propostas apresentadas pelos Movimentos Camponeses.

Esse Plano, como bem expressa SILVA, em seu livro Para Compreender o Plano Nacional de Reforma Agrária, tinha como objetivo central,

Mudar a estrutura fundiária do país, distribuindo e redistribuindo a terra, eliminando progressivamente o latifúndio e o minifúndio e assegurando um regime de posse e uso (da terra) que atenda aos princípios da justiça social e aumento da produtividade, de modo a garantir a realização sócio-econômica e o direito de cidadania do trabalhador rural. (1985:77)

O documento final é aprovado pelo então presidente José Sarney, tendo sofrido pressões e alterações de dois grupos: de um lado, uma extensa e eclética bancada ruralista, que tinha forte influência no direcionamento das políticas fundiárias e agrícolas, formada pelos parlamentares aliados dos grandes proprietários rurais; de outro lado, o povo organizado na CNRA tendo como entidades participantes os sindicatos rurais, a CPT, o CIMI, a ABRA, o IBASE.

Nesse processo de tencionamento político para garantir os seus interesses, a bancada ruralista ‘mutila’ a proposta original descaracterizando-a. Da proposta original que intencionava alterar a “estrutura fundiária do país”; o texto final conseguiu apenas, propor uma modificação do regime de posse e uso da terra. (SILVA, 1985: 125).

O Plano aprovado “não só se distanciava cada vez mais dos interesses e reivindicações da classe rural e das propostas apresentadas pelo CNRA (como

trazia) dentro de si as contradições de uma tentativa frustrada de acomodar interesses divergentes de classe” (MARTINS, 1995: 25)

No entanto, a maior derrota dos trabalhadores rurais vem com a Constituinte de 1987. No processo de elaboração da nova constituinte, apesar das entidades Pró-Reforma Agrária terem apresentado uma emenda popular com mais de um milhão e duzentos mil assinaturas, os interesses dos latifundiários prevaleceram.

Dentre os principais dispositivos pró-ruralistas, pode-se citar: defesa da propriedade privada; o conceito de propriedade produtiva só seria estabelecido em legislação posterior (que só seria promulgada em 1993) e, ainda, valendo-se da análise de SILVA, pode-se acrescentar,

a) Recuo, lamentavelmente, afrouxando o instituto da desapropriação por interesse social tanto na abrangência (art. 185), como no tocante à exigência do prévio pagamento (art. 184);

b) Não resgatou o critério decretado pelo Governo Costa e Silva (com as assinaturas dos Constituintes de 1987/88 Delfin Netto e Jarbas Passarinho) de fixar valor declarado para fins de pagamento do ITR como limite para valor das indenizações;

c) Recuo na perspectiva da tradição constitucional, também rebaixando de 100 para 50 hectares o limite do instituto de usucapião, o que permitiria uma área maior que aquele limite, dependendo da região;

d) Manteve praticamente inalterado o limite para alienação ou concessão de terras públicas, visto que passou de três mil para 2.500 hectares, quando na etapa interconstitucional anterior, a redução foi de 10 mil para 3 mil há; (1985:75)

Apesar dessa clara derrota, SILVA apresenta algumas vantagens, trazidas pelo texto Constitucional.

a) Deu-se pela primeira vez na história constitucional (...) um tratamento diferenciado à RA, dedicando-lhe capítulo especial;

b) Trouxe para o texto a explicitação da Questão Social;

c) Criou o instituto da perda sumária para as glebas que cultivarem plantas psicotrópicas;

d) Determinou a reavaliação das terras indígenas dentro de cinco anos;

e) Dispôs sobre a demarcação das terras indígenas dentro de cinco anos;

f) Obrigou à revisão, dentro de três anos, de todas as concessões de terras públicas com área superior a três mil hectares realizadas no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1987. (1985:77)

Conseqüentemente, a PNRA teve uma intervenção tímida e limitada, gerando insatisfação nos trabalhadores rurais que, até então, viam no PNRA uma alternativa para modificar a difícil realidade que vivenciavam no campo.

Para expressar esse descontentamento, a Revista dos Trabalhadores Sem Terra, em seu editorial, lança um artigo intitulado Golpe nos trabalhadores que diz,

PNRA ou PNPL? Plano Nacional de Reforma Agrária ou Plano Nacional de Proteção ao Latifúndio, carta de más intenções, farsa, piada... são algumas das palavras ditas para qualificar o duro golpe que representou para os trabalhadores rurais sem terra o Decreto de Reforma Agrária do presidente José Sarney em relação a proposta MIRAD/INCRA . (1985:2)

Mesmo o Plano sofrendo várias alterações na sua proposta inicial, no Ceará, devido às alianças e à significativa participação popular, foi possível realizar entre 1985 e 1989, 47 desapropriações de terra, três vezes mais do que em todo o período da ditadura⁴.

O Ceará teve importante papel na Campanha Nacional pela Reforma Agrária. Organizou uma das mais fortes lutas pelo PNRA, tornando-se referência nacional na luta contra o latifúndio.

Mônica Dias Martins em seu livro, Os desafios da cooperação em assentamentos da reforma agrária do Ceará, afirma que essa forte mobilização não ocorreu de forma aleatória ou espontânea, pois,

a concentração popular organizada pelas entidades participantes da CNRA foi resultado de um intenso processo de preparação tanto em nível dos municípios como dos bairros da periferia de Fortaleza. Porém, considera-se que dois fatores concorreram para o êxito da manifestação: primeiro, a história de luta pela terra no Ceará e, em segundo lugar, o acelerado processo de urbanização na década de 70, provocado, sobretudo, pela migração campo-cidade... (1994:20).

A autora destaca as experiências históricas de luta pela terra no estado, apresentando como exemplos marcantes o Caldeirão⁵ e as disputas na Fazenda

⁴ Segundo dados do SIPRA/INCRA – Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária, o período que vai de 1970 (ano de criação do INCRA) a 1984 (ano que antecede a aprovação do PNRA), foram realizadas apenas 13 desapropriações em todo o estado.

⁵ No início do século na cidade do Crato surge a comunidade Caldeirão como uma alternativa à exploração do latifúndio defendendo a produção coletiva da terra. Por seu caráter religioso e de idolatria a seu líder, o beato José Lourenço, esse movimento é classificado por alguns como um Movimento Messiânico.

Japuara. Segundo Rui Facó, no livro *Cangaceiros e Fanáticos*, esses movimentos foram,

Provocados pela doença de uma estrutura econômica decadente... Agravados, a partir de meados do século XIX pelos motins populares que eclodiram no litoral do nordeste e que exerceram, sem nenhuma dúvida, poderosa influência sobre as populações empobrecidas dos interiores. (1965:129)

Outro fator, em todo o semi-árido e mais grave no sertão cearense, que tornou essa região locus de conflitos de terra foi a seca que, como afirma Manuel Domingos Neto, no documento *Seca Seculorum*, “se insere num círculo de abrangência bem mais amplo que o da simples fenomenologia climática... como fenômeno multifacetário, cujos aspectos climatológico, social, político estariam solidamente imbricados.” (1983:20)

Porém, a seca por si só não é causa dos problemas sociais como a fome, a desnutrição, os saques e as migrações “na verdade, esses acontecimentos sociais, são causados por uma economia tradicional de subsistência, o paternalismo e o controle coronelístico da política...” (NEVES, 2004:99).

Assim, os problemas naturais do estado ocasionados pelo clima quente e por chuvas irregulares eram utilizados como instrumento de submissão dos pequenos agricultores por aqueles que detinham o poder local. O trabalhador rural tornava-se alvo fácil das oligarquias agrárias, visto que dependia dessas e de ‘seus açudes’⁶ para conseguir produzir.

Em 1984, cerca de oito milhões de pessoas do Nordeste ganhavam até um salário mínimo, sendo que destas, mais da metade estava no meio rural, exercendo atividades ligadas à agricultura.⁷

O sonho de uma vida melhor fazia que o agricultor ‘se retirasse’ do campo, deixando sua casa, sua vida humilde, seu passado, sua história, formando favelas nas grandes cidades ou se incorporando em algum projeto de Colonização.⁸

⁶ Preferimos colocar ‘seus’ açudes (entre aspas), para enfatizar que esses açudes, apesar de estarem localizados nas grandes propriedades rurais foram, em sua maioria, construídos por recursos públicos, como as verbas do DNOCS.

⁷ Dados obtidos em pesquisa *on-line* no site do IBGE: www.ibge.com.br.

Os agricultores, que até então eram alijados do seu direito de produzir, optavam por uma das alternativas que lhe eram postas; 1) se inserir em um dos Projetos de Colonização do Governo Federal migrando para estados Como Rondônia Pará e Mato Grosso , ou, 2) Seguir para as áreas urbanas, que até meados dos anos 70, se configuraram como um importante atrativo para os colonos, visto que ficaram conhecidas como “milagre econômico” em que o país vivenciava.

No entanto, no período em questão – início dos anos 80 – as duas alternativas tornaram-se praticamente inviáveis.

A primeira, pela ineficiente ou até mesmo inexistente estrutura disponível para a produção nas terras de Colonização do Norte. Os primeiros colonos a se aventurar para as regiões de colonização logo começaram a enviar notícias de que as terras da região não tinham vocação para a agricultura familiar.

Na Obra, Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil, identifica-se que o Governo ao realizar essa ação não tinha o interesse de desenvolver uma política agrícola na região, na verdade,

O governo queria promover com esse êxodo uma transferência de mão de obra para o garimpo e para o extrativismo de madeira. Esse era o grande projeto ao deslocar as populações para lá, assim como colocar grandes contingentes populacionais nas fronteiras internacionais do Brasil, de acordo com a ótica da política de segurança nacional da época. (STÉDILE, 2001: 16)

A segunda opção - após a crise econômica em meados da década de 70 – tornou a possibilidade de êxito quase inexistente. A Falta de postos de trabalho nas indústrias e as condições sobre-humanas de vida oferecidas pelos cortiços/favelas obrigaram os camponeses a formularem alternativas de sobrevivência.

Esse cenário é o terreno onde o MST lança as suas sementes; com o apoio decisivo de diversas entidades vinculadas à luta pela Reforma Agrária, como CUT, CIMI, CNBB, CPT, ABRA e PT.

8 Segundo dados do IBGE, em 1980, cerca de 1.116.102 cearenses saíram do estado em busca de uma vida melhor.

Essas entidades que vinham desde as manifestações das Diretas Já, construindo lutas unificadas pela democracia no país, começam a perceber que só a construção de uma identidade camponesa que transformasse a luta individual do agricultor em um processo coletivo de luta pela alteração da realidade social poderia pôr o agricultor no cenário político nacional. Era necessário uma nova estratégia de confronto, para que as reivindicações fossem ouvidas com mais rapidez e eficiência.

Então, fundamenta-se na luta política das Ligas Camponesas, no apoio de intelectuais, partidos de esquerdas e setores da Igreja Católica (simpatizantes da Teologia da Libertação/CPT) e, sobretudo, na ocupação de terras, ocorrida em 1979 no Paraná, na Fazenda Natalino, surge o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O que foi o surgimento desse Movimento, quais suas principais estratégias e como se expandiu / territorializou são alguns dos assuntos trabalhados no próximo tópico.

2.3 AS SEMENTES VINDAS DO SUL: SURGIMENTO E ESTRUTURAÇÃO DO MST

Apesar do marco histórico-referencial atribuir o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ocorrido em janeiro de 1984, no município de Cascavel/PR, o dia da criação do MST, pode-se afirmar, pautado na obra A formação do MST no Brasil, de Bernardo Mançano,

De 1979 à 1984 aconteceu o processo de gestação do MST. Chamamos de gestação o movimento iniciado desde a gênese, que reuniu e articulou as primeiras experiências de ocupação de terra, bem como as reuniões e os encontros que proporcionaram, em 1984, o nascimento do MST ao ser fundado oficialmente pelos trabalhadores em seu primeiro encontro nacional, realizado nos dias 21 a 24 de janeiro, em Cascavel no Estado do Paraná (2000:50)

Ou seja, atribui-se ao referido Encontro a data oficial de fundação, mas as bases propícias para sua criação constroem-se um pouco antes, na organização/realização de diversos focos de resistência no campo vinculados à permanência dos trabalhadores nas terras que historicamente residiram.

Para demonstrar algumas dessas ações citam-se as ocupações das Fazendas Macali e Brilhante, em Ronda Alta (RS); a ocupação da Fazenda Burro Branco no município de Campo Erê, em Santa Catarina; os conflitos entre posseiros e grileiros da Fazenda Primavera, no município de Andradina, São Paulo, os conflitos entre latifundiários e camponeses no município de Naviraí, em Mato Grosso do Sul e, ainda, o Movimento Justiça e Terra criado pelas famílias expropriadas de seus terrenos para a construção da hidrelétrica de Itaipu, no Paraná. (CALDART, 2004)

Os colonos do sul ao se perceberem sem alternativas concretas de melhoria das suas condições de vida começaram a criar uma série de ações de resistência e confronto, como uma forma de conseguir no seu território de origem um espaço para produzir sem ter que se submeter aos grandes proprietários rurais.

Um fato importante nesse processo de organização foi a criação da Comissão Pastoral da Terra, em 1975. A atuação da entidade teve papel decisivo no processo de organização e aglutinação das famílias, seu membros convidavam os camponeses para discutirem suas realidades em paralelo aos textos bíblicos e a pensarem, criticamente, saídas.

Esse protagonismo da CPT junto ao camponês, segundo Gohn, tinha uma razão clara, visto que “a pedagogia da igreja ... soube respeitar o modo de raciocinar do camponês, sua visão de mundo e a forma de se expressar valorizando sua fala, suas canções, poesias, sua cultura, em síntese. (2000:143)

Assim, a CPT fundamentada, nas deliberações do II Conselho Episcopal Latino-Americano que ocorreu em 1968 em Medellín, Colômbia, redefiniu seu posicionamento em relação ao papel da Igreja na elucidação dos problemas sociais, políticos e econômicos dos países da América Latina.

O paradigma adotado estabelecia que a Igreja deveria se envolver, mediante um processo educativo junto aos seus fiéis, na luta e reflexão sobre as problemáticas vividas pelos mais pobres. Foi isso que a Pastoral da Terra fez.

Em 1982, a CPT convidou representantes de 16 estados para um evento em Goiânia, sede nacional da Pastoral. Nesse evento diversos segmentos

vinculados à luta agrária puderam discutir sobre as suas problemáticas. Stédile, que esteve presente nesse encontro, expõe, em livro de sua autoria como foi esse momento,

Foi um encontro de troca de experiências e nenhuma proposta, troca de experiência: como é que vocês fizeram isso, como é que vocês fizeram aquilo. Foi pra se conhecer. Inclusive aí, então, começou a se conversar que a gente podia se organizar, podia ter mais contato... Nós do sul resolvemos nessa reunião continuar nos reunindo. Então fizemos uma espécie de regional, sem ser oficial, sem ter nada escrito. (2001:37)

Esses grupos de entidades vinculadas à questão agrária do sul, que começaram a se reunir a partir do encontro organizado pela CPT, perceberam que seria necessário, para fortalecer ainda mais a luta, se expandir em todo o território nacional. Assim, estas entidades que vinham organizando as lutas dos trabalhadores no sul, articularam-se com entidades de diversos estados e organizaram um Encontro que foi intitulado: I Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Esse Encontro Nacional representou então a fundação e a organização de um movimento de camponeses sem terra, a nível nacional, que iria se articular para lutar pela terra e pela reforma agrária. Aí nasceu (oficialmente) o Movimento Sem Terra, com a articulação dos diversos movimentos que estavam acontecendo a nível localizado. E foi então batizado de Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. (STÉDILE e GORGEM, 1993: 30/31)

O referido encontro teve o papel central de unir esses vários movimentos de resistência e travar 'as bases de ação coletiva. Nesse momento estiveram presentes cerca de 100 participantes entre trabalhadores rurais de 12 estados⁹ e representantes de entidades vinculadas à luta com campo, como CPT, CIMI, ABRA e diversos sindicatos rurais.

Entre as principais deliberações estão os objetivos gerais do MST (MST,1999: 19-20),

1. Que a terra só esteja nas mãos de quem nela trabalha;
2. Lutar por uma sociedade sem exploradores e sem explorados;
3. Ser um movimento de massa autônomo dentro do movimento sindical para conquistar a Reforma Agrária;
4. Organizar os trabalhadores rurais na base;
5. Estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido político;

⁹ Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Rondônia, Acre, Roraima e Pará (CALDART, 2004: 101)

6. Dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores;
7. Articular-se com os trabalhadores da cidade e da América Latina.

Foram tiradas, ainda, 09 reivindicações que seriam o foco de luta do Movimento (MST,1999: 19-20),

1. Legalização das terras ocupadas pelos trabalhadores;
2. Estabelecimento da área máxima para as propriedades rurais;
3. Desapropriação de todos os latifúndios;
4. Desapropriação das terras de multinacionais;
5. Demarcação das terras indígenas, com reassentamento de posseiros pobres em áreas da região;
6. Apuração e punição de todos os crimes contra os trabalhadores rurais;
7. Fim dos incentivos e subsídios do governo ao Proálcool, JICA e outros projetos que beneficiam os fazendeiros;
8. Mudança da política agrícola do governo, dando prioridade ao pequeno produtor;
9. Fim da política de colonização.

Estavam lançadas as bases para a construção / fortalecimento e expansão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – o MST.

A partir daí iniciou-se um processo de sensibilização junto aos outros estados que também vivenciavam conflitos agrários. E, de um público de pouco mais de 100 participantes do I Encontro Nacional, um ano depois, o I Congresso Nacional consegue envolver um universo de 1600 trabalhadores rurais de 23 estados.

Mediante esses Encontros e Congressos e da articulação histórica com diversas instituições que atuam no campo, como a CPT e os sindicatos rurais, o MST passa a definir suas bases de ação e sua estrutura ideológica.

A idéia de massificação do Movimento enraizou-se nos mais diversos estados e municípios. Deu-se, então, a tônica das ações iniciais do Movimento que tinha como lema, nesse período: “Ocupar é a única solução”.

Com o passar dos anos, alguns assentamentos foram sendo conquistados gerando um impasse quanto aos princípios do Movimento: Qual o papel dos agricultores inseridos nos Projetos de Assentamento, visto que esses passavam de sem terra para com terra? Não descaracterizaria o Movimento a permanência destes?

Tão logo se iniciou esse debate, surgiram motivos para que aqueles agricultores, mesmo assentados, permanecessem organizados, pois permanecia um problema: a falta de estrutura para a produção.

De que adiantaria a terra se o trabalhador não tivesse condições para garantir a produção e, conseqüentemente, o seu sustento?

Fruto dessa experiência, o MST redefine o seu lema no II Congresso Nacional de “Ocupar é a única solução” para “Ocupar, resistir e produzir”, fazendo uma alusão direta à realidade dos assentados.

Ampliam-se, assim, os objetivos do Movimento, que além da luta pela terra, insere em suas bandeiras a reivindicação para que sejam garantidos os meios de produção.

Nesse processo de redefinição de princípios e consolidação de sua identidade, o MST vai se fortalecendo estruturalmente, por meio da criação de instâncias de direção e organização política.

No livro, *Brava Gente* (2001), apresenta-se um capítulo denominado, *Instâncias*, em que o autor e seu interlocutor, respectivamente, João Pedro Stédile e Bernardo Mançano Fernandes, discutem sobre a criação e estruturação das instâncias do Movimento que, em linhas gerais são formadas por: Direção e Coordenações nos níveis nacional, estadual, regional e por grupos de famílias (nos assentamentos); Encontros e Congressos também em diversos níveis; Setores e Coletivos por áreas (saúde, direitos humanos, educação, etc.)

FERNANDES, no artigo, *20 anos de MST e a perspectiva da Reforma Agrária no Governo Lula*, apresenta um quadro em que o autor divide a estrutura organizativa em três partes interativas,

QUADRO 01	
ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO MST	
INSTÂNCIAS DE REPRESENTAÇÃO	SETORES DE ATIVIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Congresso Nacional • Encontro Nacional • Coordenação Nacional • Direção Nacional • Encontro Estadual • Coordenação Estadual • Direção Estadual • Coordenação Regional • Coordenação De Assentamentos • Coordenação De Acampamentos • Núcleos Da Base 	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria Nacional • Secretarias Estaduais • Secretarias Regionais • Setor De Frente De Massa • Setor De Formação • Setor De Educação • Setor De Produção, • Cooperação E Meio Ambiente • Setor De Comunicação • Setor De Finanças • Setor De Projetos • Setor De Direitos Humanos • Coletivo De Relações Internacionais • Setor De Saúde • Setor De Gênero • Coletivo De Cultura e Mística
ORGANIZAÇÕES CONVENCIONAIS E TRANSVERSAIS	
<ul style="list-style-type: none"> • Anca – Associação Nacional De Cooperação Agrícola • Concrab – Confederação Das Cooperativas De Reforma Agrária Do Brasil Ltda. 	

Fonte: FERNANDES, 2004.

Para o Autor, essas instâncias estão em constante diálogo, criando uma unidade de ação e pensamento, que o MST chama de Organicidade do Movimento. Essa estrutura garante que o enraizamento do MST venha ocorrendo nos últimos anos nos mais diversos estados, agregando os mais diversos perfis políticos e culturais de militantes, mantendo a sua coesão e coerências políticas e programáticas.

No Ceará, o MST tem como marco inicial a ocupação de terras da Fazenda Reunidas São Joaquim, no município de Madalena, no dia 25 de maio de 1989, mas como afirma Francisca Maria, dirigente estadual de relações públicas à época da concessão da entrevista,

o dia da ocupação foi a fatia do bolo, porque o MST vem desde antes, você imagina o que é chegar num estado onde não existe o Movimento, e organizar uma ocupação de terra, coisa que em 89 era um ato de extrema

desordem contra a lei, ocupar uma terra, quebrar cerca de um latifúndio...
(entrevista em 22/10/2002)

Esse processo de territorialização do Movimento no estado será detalhado no tópico seguinte que tratará especificamente sobre o processo de inserção e amadurecimento do MST no estado do Ceará.

2.4 O MST NAS TERRAS DE IRACEMA

O Contexto que os colonos do sul vivenciaram a partir da década de 70 é similar ao que o Ceará passa a presenciar em meados da década de 80 com a instalação da “Era Jereissati”¹⁰. Esse momento se caracterizou pela adoção de políticas neoliberais e de alteração na estrutura de gestão da coisa pública. Foi um momento também de ruptura com a Política dos Coronéis que a década detinha o poder do Estado.¹¹

Os grandes impulsionadores dessa ruptura foram os jovens empresários do CIC¹²,

Conscientes de que seus interesses de classe só poderão tornar-se forma dominante na sociedade por meio da chegada ao poder político, isto é, se os ‘coronéis’ fossem destituídos da administração da coisa pública, os jovens empresários do CIC prepararam-se para ganhar as eleições estaduais. (TEIXEIRA, 1995:05)

Esse grupo passou a defender uma alternativa para a política conservadora que dominava o Ceará. Com o discurso da modernidade, honestidade e eficiência, lançam a candidatura do então presidente da entidade, Tasso Jereissati.

Tasso venceu as eleições com 52,3% dos votos, passando a “ implantar no governo as propostas de humanização do capital¹³ e modernização de setores atrasados, sendo o meio rural, o principal deles.” (LOPES, 2004: 35)

¹⁰ Período que compreende a primeira gestão de Tasso Jereissati (1987 - 1990) no governo, a gestão de Ciro Gomes (1991 – 1994), a segunda e terceira gestão de Tasso (1995 – 2002) e, para alguns estudiosos, a gestão de Lúcio Alcântara (2003 – 2006).

¹¹ Para melhor compreensão do que foi a Política dos Coronéis acesse obra de FARIAS, 1997.

¹² O CIC foi fundado em 1919 tendo como objetivo congregar empresários do estado para discutir e traçar estratégias para o desenvolvimento industrial do Ceará, e revitalizado em 70 por jovens empresários que inseriram ao centro um caráter mais político-social

Essa iniciativa do Governo Tasso Jereissate, segundo Mônica Martins, “faz parte de uma estratégia para consolidar as relações capitalistas no campo, sob a liderança do setor mais dinâmico da agricultura, o complexo industrial”. (2002:149)

É nesse cenário que o Ceará vê surgir, por meio de uma ocupação de terra de grande porte, um novo sujeito político das lutas no campo: o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

No dia 25 de maio de 1989, no município de Madalena, o Ceará presencia a primeira ação do MST no estado. Cerca de 400 famílias oriundas de diversos municípios ocuparam a Fazenda Reunidas São Joaquim.

Segundo LOPES, em pesquisa que resgata esse momento histórico,

A escolha recai sobre a *Fazenda Reunidas São Joaquim*, propriedade do General Wiccar Parente de Paula Pessoa, devido essencialmente a três motivos: sua extensão (mais de 16.000ha), sua utilização (94% da terra não era cultivada) e sua estrutura (a fazenda possuía 08 grandes açudes). O fator que mais contribuiu para a ocupação da fazenda foi o fato de haver sido desapropriada desde 1986, porém a imissão de posse ainda não tinha sido decretada. (2004:49)

A Comissão Pastoral da Terra e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Sertão Central tiveram papel decisivo nesse processo, tanto em momento anterior: na participação do I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, como no período de inserção concreta do MST: no processo de sensibilização e envolvimento dos trabalhadores rurais que poderiam participar da ação.

Durante 04 meses, militantes do Movimento em outros estados se deslocaram ao Ceara para construir uma base local de articulação e mobilização.

Em abril do mesmo ano, é criado o 1.º Coletivo do MST no Ceará composto por Vilanice Oliveira, Antônio Lima, Eduardo Braga, Maria Lima, José Bastos, entre outros. Em seguida começou-se a formação de base. Essa formação consistia na construção das bases de sustentação do novo Movimento...As novas lideranças visitavam cada comunidade rural, previamente selecionada¹⁴, convidando os agricultores a participar de reuniões para discutir as problemática do campo. (LOPES, 2004:50)

¹³ Essa proposta consistia em desenvolver ainda mais o capitalismo. Só que agora de forma ‘humanizada’, dispensando determinada atenção por parte do Estado aos problemas sociais.

¹⁴ Membros dos STRs de Quixadá, Quixeramobim e Canindé selecionaram as principais áreas de conflitos para iniciar nesses locais o trabalho com os agricultores.

Nessas reuniões se discutiam as problemáticas do campo, a passividade do Estado em responder esses problemas e as alternativas que os trabalhadores rurais tinham para sair dessa situação, momento em que era apresentado o MST e a estratégia de ocupar terras como forma de pressionar o Estado e conseguir a terra e os meios de produção.

Após a primeira ocupação, em maio de 1989 até aproximadamente 1992, o MST tinha como objetivo central no Ceará a sua expansão geográfica, período em que foi estruturado o primeiro setor: Setor de Frente de Massas.

À medida que as ocupações tornavam-se vitoriosas e os assentamentos iam sendo criados, novas demandas iam surgindo, fazendo que o Movimento – como o ocorrido nos demais estados – fosse estruturando outros Setores, entre eles citam-se o de educação, saúde, produção, direitos humanos, juventude e cultura, etc.

A ocupação que tinha como fim – inicialmente – a luta pela posse da terra, ampliou sua função, passando a ser um importante instrumento de pressão para a construção de uma nova forma de vida e trabalho no campo.

O Movimento, antes de ocupar as terras, ocupa o cotidiano dos trabalhadores rurais, construindo coletivamente as lutas e estratégias de ação para garantir os meios necessários para uma vida com qualidade.

Esse processo ideo-político de introdução das ocupações no cotidiano rural do estado será apreciado no próximo capítulo.

3.0.
OCUPANDO MENTE, PLANTANDO SEMENTES:
As Ocupações de Terra e o seu significado para o MST

Descobrimos lá na Base, do poeta Sem Terra ZéPinto

(...)
*Pelo fim do latifúndio
Chega João, chega Raimundo
Isso vai ter que mudar*
(...)
*Se for dura essa parada
a gente pega na marra
não dá pra ser diferente*
(...)
*Contra esse capitalismo
Vamos firmes, decididos
Não deixar pra outra hora
É a classe organizada
passo a passo nesta estrada
Construindo a sua história.*
(...)
*E vamos entrar naquela terra e não vamos sair
Nosso lema é ocupar, resistir e produzir.*

O presente capítulo se propõe a discutir o significado das ocupações para as lideranças do MST – CE, o processo de organização dessa ação política, a mística e construção de identidades que envolvem as ocupações e acampamentos decorrentes dessa ação.

Serão ainda, apresentados dados estatísticos sobre a realidade das ocupações de terra no Brasil e no Ceará e a centralidade do MST enquanto protagonista central dessa ação.

Por fim, serão apresentadas algumas reflexões sobre as discussões em torno do objetivo central das ocupações: a instituição de Assentamentos Rurais e a consolidação da Reforma Agrária.

3.1. OCUPANDO MENTES: DEBATE CONCEITUAL SOBRE OCUPAÇÃO DE TERRAS.

Quando as primeiras ocupações de terra surgiram no cenário nacional foi estabelecido o debate sobre a diferença entre invasão e ocupação.

A grande questão era: não seriam estes conceitos similares? Então porque o MST se recusava aceitar o termo invasão para definir aquela ação política.

Jose Gomes da Silva, em sua obra a Reforma Agrária Brasileira na virada do milênio, tenta dirimir esse imbrólio, apresentando os argumentos do jurista Fabio Comparato, o qual afirma,

Existem profundas diferenças entre invadir e ocupar. Invadir significa um ato de força para tomar uma coisa de alguém em proveito particular. Ocupar significa, simplesmente, preencher um espaço vazio – no caso em questão, terras que não cumprem sua função social... e fazer pressão coletiva para a aplicação da lei e a desapropriação (SILVA, 1996:114-123).

Pautado nessa discussão, o MST defende e ratifica o termo Ocupação de Terra para definir suas ações junto aos latifúndios, por entender que todas as terras ocupadas pelo Movimento, não cumprem a sua função social.

As ocupações têm por objetivo criar um fato político para divulgar a problemática vivenciada pelos camponeses, pressionando para que o Estado cumpra seu papel no processo de Implementação da Reforma Agrária.

Além das ações no espaço rural, os agricultores também acampam em frente aos prédios e vias públicas ou ocupam órgãos públicos responsáveis pela política agrícola/agrária para levar ao meio urbano as condições de vida que os homens do campo são submetidos. Essas duas formas de ocupação fazem parte de um “movimento de resistência... na defesa dos interesses dos trabalhadores...” (FERNANDES, 2001:53)

Predominam-se no país ocupações em terras devolutas e ou públicas e, principalmente, as ocupações em latifúndios. Essa priorização deve-se ao fato do papel central das ocupações enquanto pressão para que o Estado cumpra os dispositivos da Constituição Federal que trata da função social da Terra.

Segundo a Constituição, uma terra que cumpra a sua função social deve atender os seguintes requisitos,

- I – Aproveitamento racional e adequado;
- II – Utilização adequada dos recursos naturais;
- III – Observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV – Exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (Capítulo III, artigo 186, pág. 78)

Assim, quando se identifica uma terra que não se enquadre nesses requisitos e que se configure uma grande propriedade rural, o Movimento organiza os trabalhadores rurais¹⁵ e realiza ocupações.

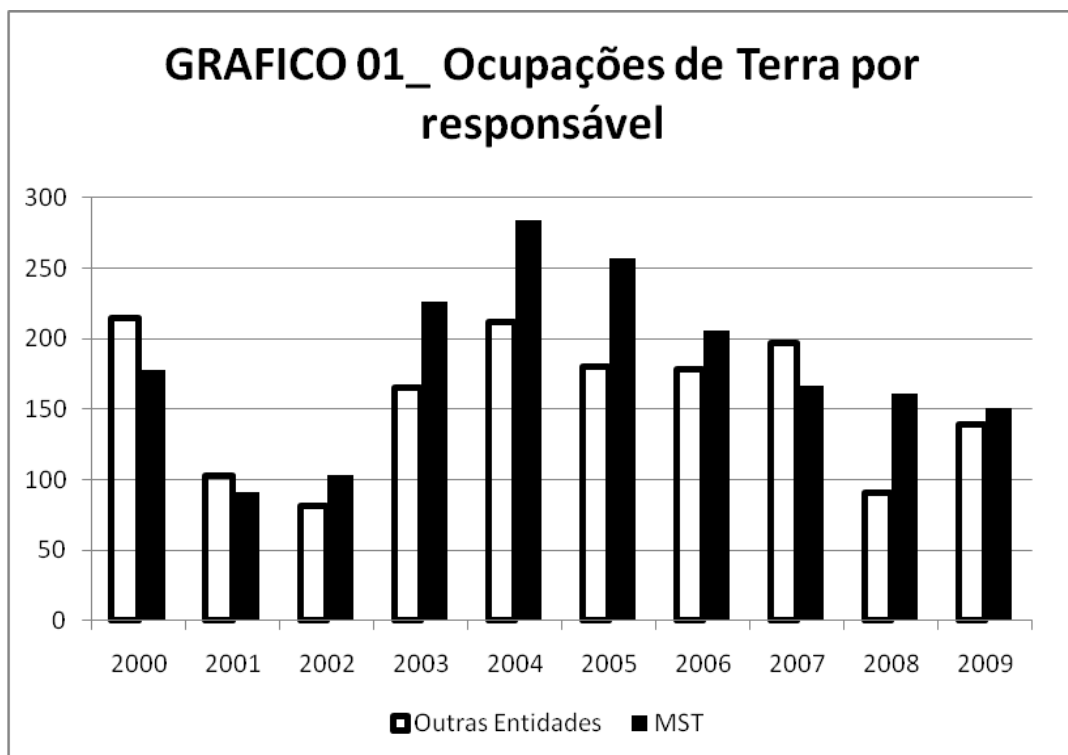
Pois, desde sua gênese e no decorrer dos últimos 25 anos de existência do Movimento, a ocupação de terra é percebida como “a principal forma de pressão de massas que o camponês tem para, de forma prática, avançar e ter acesso direto à terra para trabalhar.” (STÉDILE, 1997:77)

Além da organização dos camponeses para o acesso à terra, Joyce, do coletivo de juventude e cultura do MST no Ceará, traz outro elemento, quando afirma, “A ocupação de terra é o primeiro passo para a organização do movimento, é

¹⁵ Veremos no próximo tópico como ocorre o processo de organização de uma ocupação de terra.

o que da a Cara do Movimento (grifo nosso), para na luta coletiva, conseguirmos levar nossas questões e sermos ouvidos” (entrevista realizada em 08.02.2010).

Percebe-se claramente a materialização dessa afirmação, a partir do momento que a maior parte das ocupações de terra realizada nos últimos 10 anos, foi promovida/organizada pelo MST.



Fonte: Caderno conflitos no Campo, CPT

Apenas nos anos 2000 e 2007, o MST apresenta um número inferior de ocupações, no entanto, segundo o Caderno Conflitos no Campo da CPT, essas “outras entidades” que também estão realizando ocupações de terra contabilizam mais de 60 entidades diferentes em todo o país¹⁶. Fato que confirma a afirmação de que o MST é a entidade que mais utiliza a estratégia de ocupações de terra como forma de pressionar o Estado.

¹⁶ Dentre algumas entidades apresentadas, podemos citar: FETAGI; CPT, STR, MAB, MAST, SI, LCC, CETA, MAST, ASTT, FETAESP, CONLUTAS, UTC, SINTRAF, FETAPE, MPA, VIA CAMPESINA, UNITERRA, MTB, TERRA LIVRE, MTRST, CUT, MLST, FETAGRI, MTR, MTRSTB, MBUQT, FETAP, FAF, FERA, FETAG, etc.

Assim, das mais de três mil ocupações de terra realizados no Brasil, o MST é responsável – sozinho – por cerca de 63%. Essa centralidade de ação voltada para as ocupações deve-se a sua efetividade enquanto instrumento central para que o trabalhador possa ser ouvido.

No Ceará esse cenário é ainda mais polarizado, pois, das mais de 100 ocupações de terra realizadas no estado, nos últimos 20 anos, cerca de 75% foram organizadas pelo MST, tendo os outros 25% sido organizadas pela FETRAECE, MAB, CPT e Movimentos Indígenas.

Analisando espacialmente a localização das ocupações organizadas pelo MST, de acordo com a FIGURA 01, pode-se afirmar que se concentram em três regiões: Sertão Central, Maciço de Baturité e Região Metropolitana de Fortaleza.

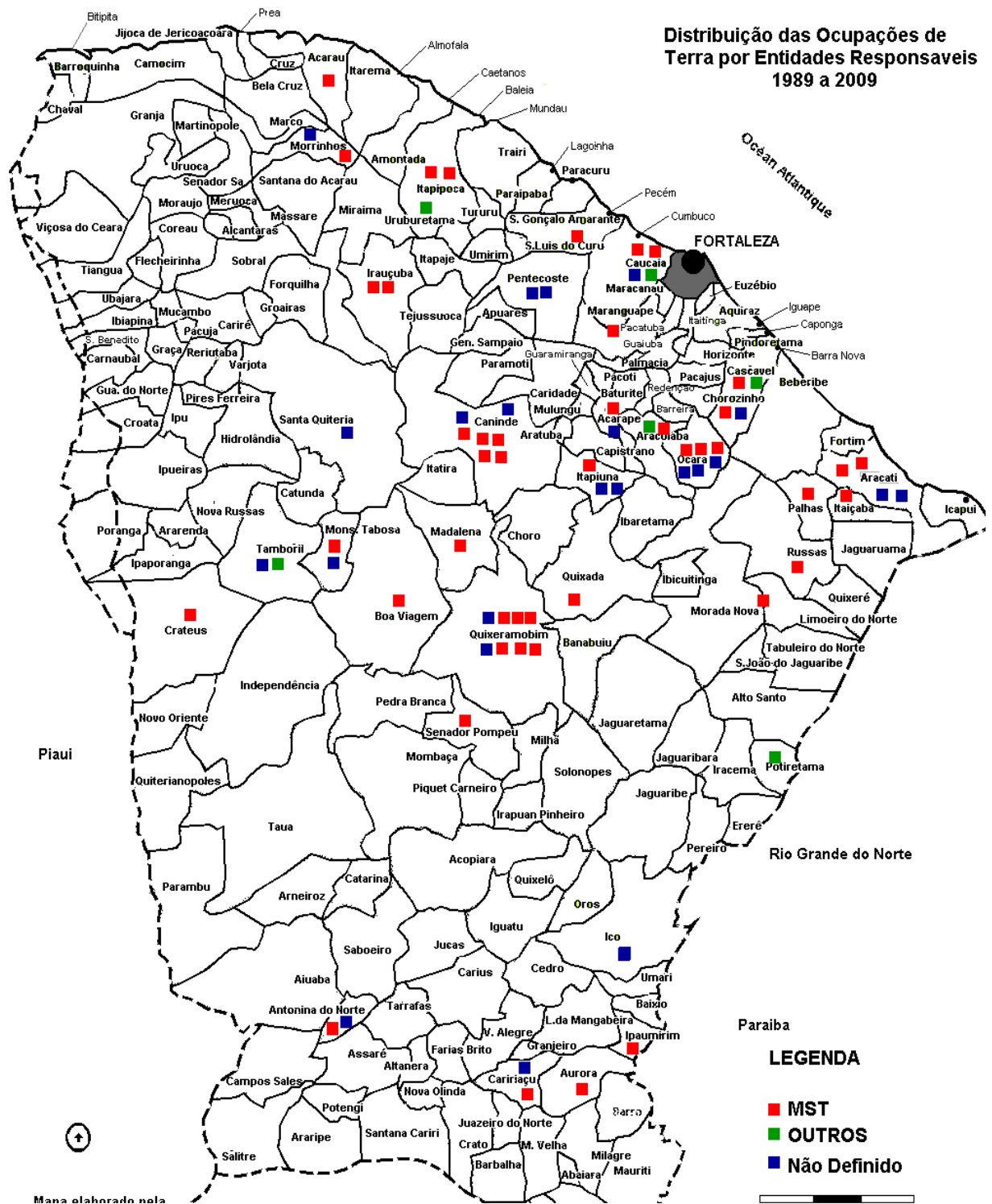
Antonio José, dirigente estadual do MST, a partir da visualização do mapa apresentado, esclarece como se construiu essa “geografia das ocupações”,

Nós iniciamos aqui no Ceará pelo Sertão Central e Sertões de Canindé, pois lá, devido à seca era onde mais os trabalhadores sofriam, aí as famílias que a gente organizava para uma investida já ajudava na outra ocupação. Há áreas muito importantes também onde a gente tem conflito com o Estado até hoje, a área do Perímetro Irrigado de Russas, ora, o governo só quer desapropriar terra que não presta... quando a gente briga por terra produtiva, como as que tem por lá eles querem logo tirar a gente de lá. (entrevista concedida em 26.02.2010)

Ele afirma, ainda, que no Cariri existem assentamentos frutos de ocupações que são bastante organizados e participativos. No ANEXO 03, a partir dos dados coletados no Caderno Conflitos no Campo da CPT, listam-se todas as ocupações por ano de realização, famílias envolvidas e localização de 1997 a 2009.¹⁷

¹⁷ Para o levantamento das ocupações realizadas de 1989 – ocasião da primeira ocupação organizada pelo MST – à 1996 utilizamos o resgate oral de seus dirigentes pois não havia sistematização dessas informações.

FIGURA 01
OCUPAÇÕES DE TERRA NO CEARÁ POR ENTIDADES RESPONSÁVEIS



Atualmente, no Ceará, conforme QUADRO 02, existem 07 acampamentos frutos de ocupações organizados pelo MST, a maior parte encontra-se no Território de Amontada (quatro acampamentos), um no Sertão Central e dois na proximidade do Perímetro Irrigado, do município de Russas.

QUADRO 02		
ACAMPAMENTOS RURAIS ORIGINADOS DE OCUPAÇÕES DO MST NO ESTADO DO CEARÁ		
(ano 2009)		
N	FAZENDA OCUPADA	MUNICÍPIO
1.	Fazenda Riacho Melancia	Russas
2.	Fazenda Marmudiê	Palhano
3.	Fazenda Campestre	Chorozinho
4.	Fazenda São Pedro	Irauçuba
5.	Fazenda Enxada	Amontada
6.	Acampamento Maceió - Praia	Itapipoca
7.	Fazenda Muxuré	Quixeramobim

As ocupações massivas de terra causam um grande impacto político que não pode ser ignorado pelo Estado que se sente pressionado a dar uma resposta, não só para os trabalhadores rurais, mas para a própria sociedade que passa a acompanhar aquela questão mediante a mídia.

Chega-se, assim, a outro importante ponto vinculado às ocupações: o espaço que estas ocupam na mídia. Brundo Konder Comparato (2003) em seu livro, A ação Política do MST, analisa em um de seus capítulos a relação do MST com a mídia. O autor conclui que a questão agrária só retorna ao cenário público a partir do surgimento do MST e da realização de suas “táticas” de visibilidade e pressão, que, além das ocupações de terra envolvem acampamentos em vias públicas (FOTO 01), grandes marchas em fileira e ações conjuntas com diversos movimentos sociais, sejam rurais ou urbanos.

FOTO 01
OCUPAÇÃO DO MST EM FRENTE AO PALÁCIO DE IRACEMA



Fonte: jornal O POVO em 20.04.2010

Essa ocupação do espaço urbano incomoda, indigna e, por diversas vezes, choca as pessoas que passam, seja por acharem que seu espaço está sendo invadido, impedindo o seu direito de ir e vir, seja por se sensibilizarem com as penosas condições de vida que aqueles sujeitos estão sendo submetidos ou até mesmo pelo total desconhecimento da realidade do campo.

Se as ocupações urbanas conseguiram despertar um desses sentimentos, cumpriram, então, seu papel. Como Erivando, membro do setor de educação do Movimento, afirma,

Independente do primeiro impacto que esses acampamentos venham a causar seja positivo ou negativo, o importante é que a gente traga para os olhos de todos a nossa situação... assim o Estado vai ter que fazer alguma coisa, não adianta de nada fazer uma ocupação lá na zona rural e ficar lá esperando a boa vontade deles irem ver nossas condições, nós trazemos as nossas condições pra cá e mostramos que precisamos de uma solução. Assim quem passa vai saber que lá no campo tem gente sendo explorada, tem gente sem ter como sobreviver e que se cansou de aceitar tudo isso passivamente (entrevista realidade em 01.02.2010)

Todas as ações devem estar organicamente vinculadas: uma ocupação de terra que não tenha visibilidade pública não teria tanto impacto; tanto quanto um acampamento nas rodovias públicas sem um “proprietário” pressionando o Estado

para ter sua terra de volta, ou um acampamento na via pública que não tivesse um fim claro, não traria grandes resultados. Como disserta FERNANDES em seu texto, “... em suas experiências, os sem terra compreenderam que acampar sem ocupar dificilmente leva a conquista da terra. A ocupação de terras é um trunfo nas negociações.” (2000:79)

Para FERNANDES (2001), as ocupações de terra possuem três momentos distintos e bem definidos.

O primeiro refere-se ao momento da MOBILIZAÇÃO, em que são identificadas as famílias, fechado parcerias com entidades vinculadas à luta do campo, sensibilizados os participantes, definido o local da ocupação e iniciado o processo de formação dos envolvidos.

O segundo momento é a OCUPAÇÃO em si, a entrada na terra, a divisão dos grupos, montagem das barracas de lonas, os espaços coletivos, a estruturação do espaço físico e político da ocupação.

Por fim, tem-se o terceiro momento que é a constituição do ACAMPAMENTO, o momento mais importante em todo processo, pois é no acampamento que as famílias vão se conhecer, construir uma identidade, fortalecer seus princípios e ideologias.

Entendendo a importância dos três momentos, não irá se restringir apenas à apresentação do processo de ocupação. Dessa forma, a seguir, além de apresentar o processo de organização da ocupação de terra, lançará o olhar para os acampamentos oriundos das ocupações promovidas pelo movimento e o processo mítico de construção da identidade sem terra.

3.2. PLANTANDO AS SEMENTES: ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DAS OCUPAÇÕES DE TERRA

Organizar uma ocupação não é um ato impulsivo e desorganizado. Para realizar a ação o MST segue uma série de etapas, cuidadosamente planejadas.

Inicialmente, o Movimento identifica quais as áreas que não estão cumprindo a sua função social, configurando-se como um latifúndio, “geralmente nós conversamos com a CPT ou o sindicato, ou até mesmo com trabalhadores rurais próximos ao movimento e eles vão dizendo alguns terrenos que se enquadram nesse perfil” (Maria, militante do MST – Sertão Central, entrevista e 22.04.2010). Em matérias do Jornal Sem Terra, identifica-se que alguns estados contam, ainda, com informações de funcionários do INCRA sensíveis ao Movimento.

Fátima, militante capixaba, ex-dirigente nacional do MST e responsável por organizar a primeira ocupação de Terra aqui no Ceará, explica que as primeiras ocupações organizadas em cada estado tinham características específicas:

- 1) Deveria se **privilegiar terras que já haviam sido desapropriadas**, mas que o Estado, ainda, não tinha dado a imissão de posse, pois assim “ficava mais fácil de realmente conseguir a terra, fazer que a primeira ocupação dê certo dá um ânimo pra organizar novas ocupações” (Fátima, entrevista em 24.07.2004);
- 2) Pessoas de outros estados, que **já haviam participado de alguma ocupação eram convidadas** para ajudar na construção dessa nova ocupação, pois como afirma Fernandes, essa experiência já vivida por outros trabalhadores rurais, os quais tiveram êxito, que o autor chama de ‘lutas de referencia’ servem como espelho e estímulo para as novas ocupações (2005);
- 3) Criação de uma **base local de militantes**, lideranças do próprio estado que dariam continuidade à espacialização do Movimento por todo Estado. Esse fato é apresentado por Deusália em entrevista concedida: “Nós saíamos de uma ocupação, nós tínhamos uma semana de curso, já ia fazer outra ocupação. Lá a gente conseguia mais dez militantes e esses dez iam fazer o curso para fazer outras ocupações”. (Deusália, primeira dirigente do Setor de Comunicação do MST, entrevista em 04/12/2003)

Além dessas ações 'inaugurais', o Movimento segue uma sequência de atividades, definida como, A FASE DE MOBILIZAÇÃO, até ocorrer a ocupação de terra:

PRIMEIRO: Articulação com entidades de apoio.

Mediante apoio decisivo da ala mais progressista de Igreja e de Sindicatos Rurais, as famílias sem terra vão sendo identificadas, desde moradores de fazenda, pequenos agricultores e, mais recentemente, moradores das periferias urbanas;

Os dirigentes do Movimento atribuem, ao longo da história do MST, importante papel das entidades vinculadas à luta dos trabalhadores, no entanto, contemporaneamente, há certo distanciamento dessa articulação, como afirma Maria, militante do MST: “antes, todos os trabalhos eram feitos juntos, nós, a igreja os sindicatos mais de luta, mas de um tempo pra cá, principalmente depois do governo Lula, nós resolvemos não unificar algumas lutas, principalmente com os sindicatos pelegos” (entrevista em 22/04/2010).

SEGUNDO: Trabalho de Base.

O Trabalho de Base se configura em diversas reuniões com grupos de trabalhadores rurais sem terra. Geralmente, é no trabalho de base que se inaugura o espaço interativo e comunicativo que será explorado no tópico posterior.

Os primeiros temas abordados, antes mesmo de se discutir as ocupações de terra são voltados para a questão agrária, análise política do país e do estado, condições de vida dos trabalhadores do campo, “só depois a gente questionava se eles queriam se libertar. À medida que os trabalhadores diziam que queriam se libertar, aí é que, dizíamos a história de que havia uma entrada: a ocupação de terra. (Vilanice, membro do primeiro coletivo do MST no Ceará, entrevista em 24/05/2004)

Nos primeiros anos de estruturação do MST esses trabalhos de base duravam meses, e as famílias só participavam de ocupações depois de bastante desenvolvidos os espaços de interação e comunicação.

No entanto, contemporaneamente, FERNANDES afirma que, devido à própria dinâmica do Movimento e da proporção que sua estrutura e ações alcançadas, bem como a demanda cada vez maior que o MST busca atingir, “nos trabalhos de base não se desenvolve a dimensão interativa, que passou a acontecer no espaço de luta e resistência” (2005:283). Ou seja, o processo de interação e construção de identidade se tornou atribuição quase exclusiva dos acampamentos, devido à necessidade de, cada vez mais, agilizar o processo de organização de uma ocupação.

TERCEIRO: Reuniões com Coordenadores dos Grupos de Base, e Instituições de Apoio.

Essas reuniões ocorrem durante todo o processo de sensibilização dos trabalhadores rurais, mas no final desse processo passa a ter uma importância particular: a definição do local, data e hora da Ocupação.

Até o momento da ação os trabalhadores que irão participar da ocupação não sabem o local que será ocupado, daí a responsabilidade da Coordenação da atividade.

Quando Francisca Carvalho, militante do Movimento foi questionada sobre o sigilo quanto à informação do local da ocupação até mesmo para as famílias que irão participar da investida, ela respondeu: “Sabe o que é, nós temos que nos proteger e proteger as famílias que vão participar da ação, imagina se tiver infiltrados? Ou se alguma família desistir e contar para outras pessoas, mesmo que sem maldade, e isso chegar nos ouvidos do fazendeiro?” (entrevista em 28.01.2010)

Além das questões mais políticas, essas reuniões buscam organizar a logística da ocupação: carro para deslocar as famílias, alimentação para os primeiros dias, material necessário para montar as barracas, etc.

QUARTO: A Ocupação

Após os momentos iniciais de preparação da atividade, inicia-se o SEGUNDO MOMENTO, o momento da Ocupação do Latifúndio.

As ocupações organizadas pelo MST são ocupações massivas, em que grupos de famílias ocupam em conjunto o latifúndio. Essa é a principal diferença entre as ocupações realizadas antes da institucionalização do MST: ocupações isoladas e assistemáticas com pouco poder político.

Maria Lima, participante da primeira ocupação organizada pelo MST aqui no Ceará, descreve em detalhes o que foi esse momento,

Era a coisa mais linda um carro atrás do outro, as famílias inteiras, tudo carregando saco com as panelas, os pratos e as redes rumo ao nosso pedaço de chão, os homens iam abrindo a mata, as mulheres armando as redes, outros fazendo comida, outros ateando a bandeira, era a coisa mais linda. Todo mundo trabalhando, tudo animando. A gente sentia a presença de Deus, todo mundo sabia que a gente ia ganhar nossa terra. Assim que amanheceu, antes da assembleia, nós oramos a Deus, agradecemos, pedindo a ele que ele ajudasse a nós, cantamos para animar todo mundo, aí nós fizemos a assembleia, dividimos a coordenação do acampamento (barracas, alimentação, limpeza...). Tinha gente que só tinha levado os filhos e a rede, aí a gente dividia a comida com eles. (entrevista em 25/05/2004)

Complementa,

Dáí por diante, era reunião por reunião, até as crianças ajudavam na segurança do assentamento. Fomos treinar as crianças: se alguém chegasse, elas iam à frente formando uma fila, as mães perto das crianças, os jovens mais atrás, e os homens por último. Se eles perguntassem quem era o chefe ali, era para elas dizerem que era Deus, quem mandou nós ali foi a situação precária, o sofrimento, a fome, a opressão, por isso que nós estávamos ali. (entrevista em 25/05/2004)

A fala de Maria Lima representa bem alguns elementos presentes nessa ação do Movimento, desde sua gênese até os dias atuais, dentre esses elementos destacam-se:

- A forte influência da Igreja e da religiosidade como propulsora dessa ação;
- A organização e disciplina dos envolvidos no processo de divisão de organização, defesa e estruturação do acampamento;

- A estratégia política no alinhamento do discurso até mesmo com as crianças acampadas.

Durante a ocupação do latifúndio são organizadas diversas ações em frente aos órgãos responsáveis pela implementação das políticas agrárias e agrícolas como forma de pressionar as entidades para que seja solucionada, o quanto antes, a situação daquelas famílias e do cumprimento da função social da terra ocupada.

Essas ações paralelas que visam acelerar uma resposta do Estado são justificadas por Erivando, membro da Direção Estadual, pois segundo esse interlocutor, “ninguém gosta de passar 10 dias acampados ou 01 ano morando debaixo da lona, é um sacrifício que os trabalhadores têm que fazer, e eles sabem disso. Por isso nós temos que ir a todas as frentes para tentar acelerar a conquista da terra” (entrevista concedida em 01.02.2010)

Enquanto aguardam o posicionamento do Poder Público, os acampados passam a conviver coletivamente, fortalecendo vínculos, construindo identidades, refletindo – a partir de uma experiência concreta – sobre a luta e resistência necessárias para a garantia de melhores condições de vida.

É sobre esse momento, o momento da consolidação do ACAMPAMENTO que irá refletir em um próximo tópico.

3.3. MONTANDO A LONA: A MÍSTICA DO ACAMPAMENTO E A CONSOLIDAÇÃO DA IDENTIDADE SEM TERRA

Para o Movimento, a primeira conquista quando se faz uma ocupação não vem por parte do Estado, a vitória imediata é na constituição de um acampamento enquanto espaço de resistência e construção de novos vínculos de sociabilidade entre os trabalhadores rurais.

É no acampamento que os trabalhadores rurais constroem uma identidade coletiva deixam de pensar apenas em suprir suas necessidades imediatas, pois,

não podemos negar que o que atrai os trabalhadores, num primeiro momento é a possibilidade de superação da difícil condição de vida, depois, durante o acampamento as pessoas vão compartilhando os problemas, e tentando encontrar as soluções de forma coletiva. O acampamento é o laboratório de formação de consciências, em que as pessoas ultrapassam as suas necessidades individuais para a construção de uma luta coletiva, e de necessidades coletivas. (Fabio, entrevista em 08.02.2010)

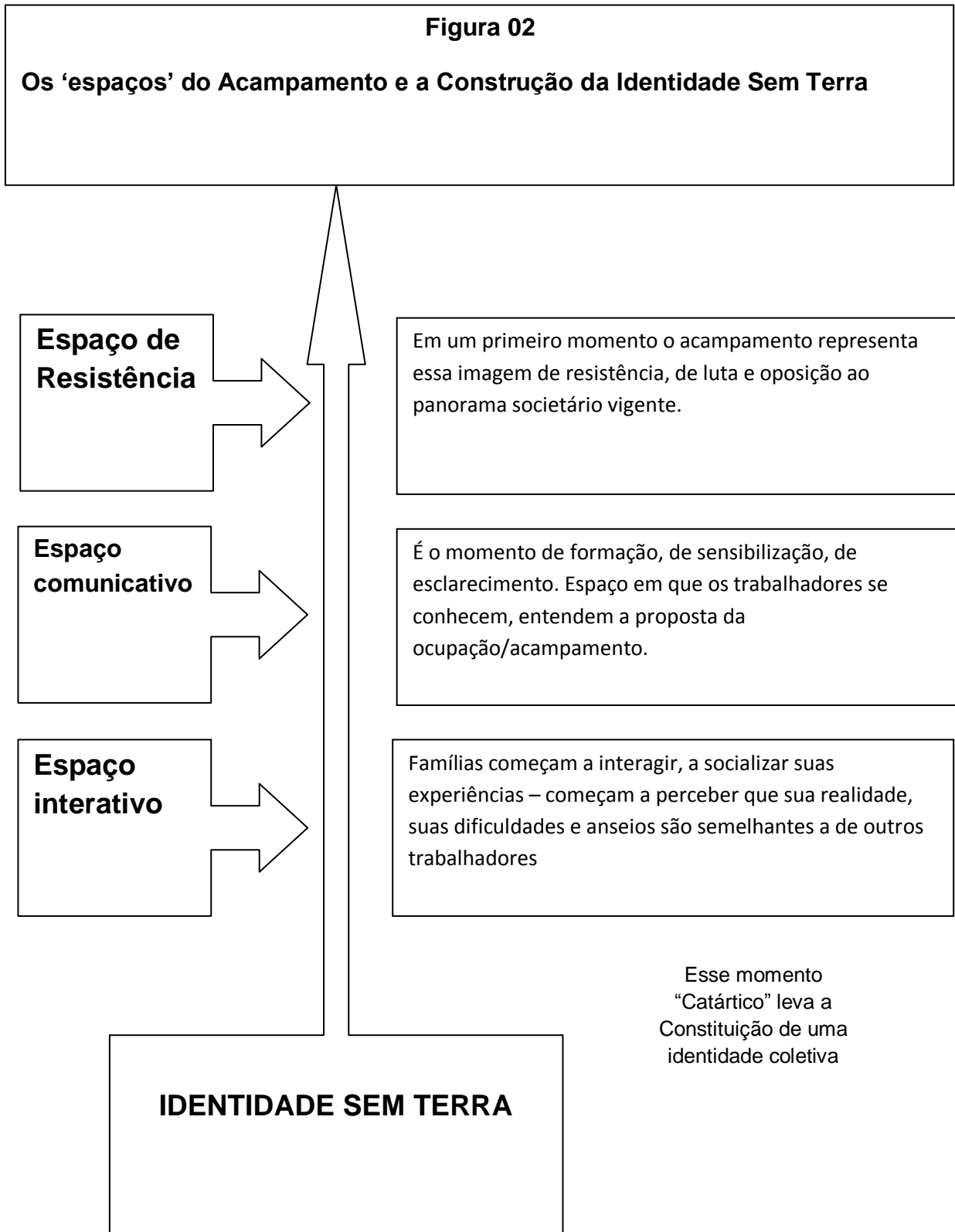
Para Bernardo Mançano, o acampamento, além de espaço de resistência é também um espaço comunicativo e interativo. Comunicativo porque “é o espaço das apresentações, de conhecer-se e da definição dos objetivos. Saber o porquê de estarem naquele lugar... É o início de uma experiência de transformação de suas realidades” (2005: 271). É nesse espaço que muitos dos acampados se conhecerão, visto que as ocupações organizam trabalhadores rurais de várias comunidades para uma mesma “investida”.

Além disso, ainda segundo a análise de Fernandes, o acampamento também é um espaço de interação, pois o acampamento é “um continuo espaço de aprendizagem... o sentido de interação está na troca de experiências, no conhecimento das trajetórias de vida, na conscientização da condição de expropriado, na construção da identidade Sem Terra... a vida é experimentada como produtora de interações” (2005:272)

Tanto o espaço da resistência quanto da comunicação e interação podem ocorrer antes da ocupação – no processo de formação de base, de organização das famílias que participarão da ação – como durante o acampamento.

No entanto, como mencionado anteriormente, devido à rápida territorialização do MST e o aumento contínuo da demanda de trabalhadores rurais em duras condições de vida, esses espaços são pouco explorados no processo de organização das ocupações, tornando os acampamentos os locais prioritários para o desenvolvimento dessas dimensões interativas e comunicativas.

A FIGURA 02 apresenta o processo de constituição de cada um desses espaços – Resistência, Comunicativo e Interativo – de forma orgânica, indissociável e complementar, bem como, o seu papel no fortalecimento/criação da identidade Sem Terra.



Elaborado pela autora a partir de FERNANDES, 2000

Entender o acampamento enquanto construção da Identidade Sem Terra é ultrapassar a discussão sobre a posse ou não da terra, mesmo porque, suprida essa carência – ocasião em que as famílias são assentadas - estas continuam sendo Sem Terra. Pois, como exposto na composição de Ademar Bogo, *Quando Chegar na Terra*, novas demandas e compromissos surgem com a posse da terra, o que requer a manutenção da organicidade para a luta coletiva.

*Quando chegar na terra
 lembre de quem quer chegar
 Quando chegar na terra
 lembre que tem outros passos pra dar
 (...)
 Neste caminho obscuro
 está o futuro para preparar
 Não desanime, caminhe
 Trabalhe, se alinhe no passo de andar.
 (...)*

*Só a terra não liberta
 Este é o alerta
 Aumenta a ansiedade
 (...)
 Quando chegar na terra
 É preciso fazer produção
 Este é o primeiro passo que
 Damos na revolução*

(fonte;www.mst.org.br)

Assim, não adianta ter a Terra sem ter os instrumentos e meios para produção, sendo o assentamento apenas o primeiro passo. A construção da identidade cria novas responsabilidades com os outros trabalhadores e trabalhadoras rurais que se encontram na mesma situação.

Alguns depoimentos de pesquisadores e dirigentes do MST clarificam o real sentido desse termo,

... a luta pela terra e mais recentemente a atuação do MST acabaram criando na língua portuguesa o vocábulo sem-terra, com hífen, e com o uso do s na flexão de número (os 'sem-terras'), indicando uma designação social para esta condição de ausência de propriedade ou de posse da terra de trabalho, e projetando, então, uma identidade coletiva. (CALDART, 2004:57)

A mesma autora complementa: "... O MST nunca utilizou em seu nome nem o hífen, nem o s, o que historicamente acabou produzindo um nome próprio o Sem Terra, que é também sinal de uma identidade construída com autonomia". (2004:61)

Essa identidade foi incorporada pelos militantes do Movimento, como se pode identificar em entrevista concedida em pesquisa anterior em que a pesquisadora busca identificar o significado de Ser Sem Terra para os militantes do MST do Ceará,

Ser Sem Terra é ter espírito de luta, estar participando, ter essa indignação contra o latifúndio, contra as injustiças. Ser Sem Terra é ser uma pessoa de coragem, de valentia, de determinação. (Maria de Jesus, Dirigente Nacional, 30.07.04)

Cosma, Dirigente do Setor de Formação Política, complementa essa definição, afirmando que sua visão de mundo alterou-se após entrar no MST. Assim,

Ser Sem Terra para mim, é ser povo, é ser sonhador, é acreditar na causa da libertação da classe trabalhadora, é se sentir sujeito que ajuda a construir uma história diferente, é ser sujeito dessa mudança que nós tanto desejamos. Se sentir Sem Terra é se sentir pertencer a essa organização. (29.07.04)

Cândido Grzybowiski em seu livro, *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais*, assim, define ser Sem Terra,

... um nome de sujeito coletivo elaborado nas lutas do Movimento sem terra. A carência, ou melhor, a consciência da comum situação de carência e de exclusão social, decorrente do não ter terra, leva o grupo a elaborar a sua identidade. A afirmação política como 'sem terra' dá base para reivindicar junto ao Estado o direito à terra. (1987: 56)

Esse conceito de Sem Terra, para além da posse da Terra em si, cria a possibilidade de participação dos mais variados perfis de militantes, desde agricultores rurais assentados ou não, até militantes políticos ou da academia solidários à causa dos trabalhadores rurais.

A construção dessa identidade, segundo dirigentes do Movimento, é fundamental para garantir a resistência e 'perseverança' dos trabalhadores rurais, pois

não venha me dizer que você gostaria de ficar debaixo de uma lona, passando por todas as adversidades, sabe lá Deus até quando. Sofrendo humilhação dos latifundiários, sofrendo violência da policia e dos capangas

dos fazendeiros... só muita fé, muita vontade de lutar e acreditar que a gente vai conseguir, **e isso a mística nos ajuda a levar (grifos da autora)**" (Francisca Carvalho, militante do MST, em entrevistas dia 28.01.2010).

Ademar Bogo, ex-dirigente e escritor de diversas obras sobre a mística, aproxima-se dessa discussão sobre a importância da mística na construção da identidade Sem Terra, como elemento fundamental para o êxito das ocupações e acampamentos. Segundo o autor, é mediante a mística que o trabalhador resgata a identidade do campo, se vincula com a terra, se percebe enquanto sujeito coletivo. Complementa,

A mística para o sem terra é mais que uma palavra ou um conceito, é uma condição de vida que se estrutura mediante a relação entre as pessoas e as coisas do mundo material. Entre ideias e utopias no mundo ideal. (2002:57)

Além disso, a mística é responsável pela sustentação das bases ideológicas do MST, pois por meio dela se dissemina e fortalece os valores dos Sem Terra. Utilizando-se de símbolos como a bandeira, o hino, as ferramentas de trabalho do agricultor e até sua vestimenta. A mística tenta representar o cotidiano do trabalhador rural e a importância da sua luta para concretizar o sonho por terra.

A FOTO 02, a seguir, apresenta a realização de uma mística, cujos participantes tentam expressar as condições de trabalho dos trabalhadores rurais nas grandes fazendas. Os quatro 'personagens' segurando a grade de madeira fazem uma referência aos moinhos puxados por carros de bois; na mística os bois são substituídos por homens e mulheres para enfatizar a exploração desumana na qual os trabalhadores rurais são, por vezes, submetidos.

A cena que se segue, cuja imagem parada não pode captar, é a libertação dessas pessoas que, convidadas a participar de uma ocupação terminam a mística soltas dos 'estribos' que as prendiam e produzindo em suas terras.

FOTO 02
MÍSTICA APRESENTADA NO ENCONTRO DE JOVENS EM 2007



(Fonte: Arquivo pessoal)

O depoimento de Luciene Lemos, 31 anos, dirigente da regional Mandacaru, expõe o papel da mística para aglutinar e tornar coeso o movimento,

A mística é como se fosse uma força que nos dá coragem, às vezes a gente chora, às vezes a gente ri, mas ela sempre passa uma mensagem de força, ela sensibiliza... como se chamasse o trabalhador pra ir junto na luta... Então, a lona preta é o nosso símbolo, a luta forte dos trabalhadores é nosso símbolo. A mística faz com que os trabalhadores se sintam Movimento, se sintam os responsáveis por conduzir esse processo de luta e organização do povo. (entrevista em 08.03.04)

É a essa mística que se atribui a resistência dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, pois que outro fator seria responsável por fazer algumas famílias ficarem acampadas por anos, sem a menor expectativa quanto à posse da terra? Ou, o que levaria a muitas famílias a comporem as frentes de luta contra os latifundiários?

Boff, no livro, *Igreja: Carisma e Poder*, afirma que a mística “é decisiva na hora do desanimo, da derrota, da decepção e da crise. É o alimento que revigora o

povo quando o poder da opressão faz pensar que os esforços para transformar a situação são impotentes e inúteis” (1993:07)

Pode-se afirmar, novamente, que a igreja tem uma grande influência sobre a constituição política e ideológica do MST, tanto no seu processo de institucionalização/territorialização, apoiando a construção da sua base militante, como nos princípios que fundamentam sua ação.

Entendendo que o principal resultado imediato dessa estratégia é a implementação de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária, irá discutir – no próximo tópico – quais os diversos conceitos que se encontram para assentamentos rurais, bem como, qual destes é defendido e construído pelo MST.

3.4. CONQUISTANDO A TERRA: CONCEITUANDO ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA

Seja como reposta do Estado (como se verá no próximo capítulo), seja como reivindicação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, as políticas de Assentamentos pautaram as discussões dos últimos 20 anos, a partir da apresentação da I PNRA, em que houve uma centralização das discussões em torno da implementação de Assentamentos de Reforma Agrária em detrimento dos Assentamentos de Colonização do Norte. (MIRAD, 1985).

Além da ênfase dada pelo Estado e pelas Entidades Camponesas à importância e necessidade da consolidação de Assentamentos como alternativa para implementar/agilizar a Reforma Agrária, outro fator que demonstra a centralidade dessa ação é identificado quando se analisam as pautas de reivindicações do MST-CE nos últimos 06 anos¹⁸. Percebe-se que TODAS as pautas possuem pelo menos um item que solicita a consolidação/criação de alguma área de assentamento.

¹⁸ Conseguimos sistematizar cerca de 23 pautas de reivindicações dos últimos 06 anos através de pesquisa em jornais locais (o Povo e Diário do Nordeste), arquivos da Secretaria Estadual do MST e Artigos do Jornal Sem Terra.

Mas, o que se pode entender por Assentamento? O que o Estado, o MST e diversos estudiosos estão falando ao apresentarem as propostas de Assentamentos Rurais como consolidação de uma 'Reforma Agrária'?

Durante a revisão bibliográfica, várias foram as definições de Assentamentos Rurais encontradas. Dentro de um contexto histórico pode-se pautar em Leite (1994:203 apud Guanziroli),

Parece datar de meados dos anos 60, sobretudo como referência dos relatórios oficiais para designar a transferência e alocação de um determinado grupo de famílias em algum imóvel rural em particular. [...] O assentamento significa, portanto, a incorporação de novas terras ao processo produtivo do País, com a consequente criação de empregos, distribuição de renda etc, beneficiando a camada de pequenos agricultores, que formam a clientela típica da Reforma Agrária e do INCRA. (GUANZIROLI,1994:203)

Esse termo entra oficialmente nas políticas do Estado Brasileiro, a partir da década de 70 dentro das estratégias de colonização do Norte, onde vários assentamentos foram criados na chamada Amazônia Legal, ou no nordeste, a partir de intervenções do DNOCS – Departamento Nacional de Obras contra a Seca, onde projetos de irrigação e construção de barragens obrigavam o reassentamento de vários moradores das áreas a serem atingidas por essas obras.

A partir da PNRA houve uma separação entre o conceito de Política de Colonização e Política de Assentamentos Rurais, tendo esta sido revigorada, mas, mesmo assim, vários conceitos – muitas vezes divergentes – pautaram e pautam a materialização dessa Política.

Alguns autores apresentam uma definição mais estrita, apresentando-a como simples agrupamento de famílias, ou seja,

... conjunto de famílias de trabalhadores rurais vivendo e produzindo num determinado imóvel rural, desapropriado ou adquirido pelo governo federal (no caso de aquisição, também, pelos governos estaduais) com o fim de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas à Reforma Agrária (CARVALHO,1998:07)

Há algumas definições que enfocam o caráter econômico dos Assentamentos, como ESTERCI, que define como,

...ações que têm por fim ordenar ou reordenar recursos fundiários com alocação de população para a solução de problemas socioeconômica,

reconhecidos sua importância e necessidades principalmente pela viabilidade econômica. (ESTERCI apud FABRINI, 2007:18)

Nessa perspectiva economicista, podem-se citar, ainda, Bergamasco e Norder, pois afirmam,

[de] uma forma genérica, (os assentamentos) podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando ao reordenamento do uso da terra, em benefícios de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. (BERGAMASCO e NORDER apud ALENCAR, 1998:45)

No entanto, acredita-se que essa visão geográfica ou econômica reduz o papel e importância social e política dos Assentamentos Rurais de Reforma Agrária. Os Assentamentos, enquanto resposta da pressão dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, expressão os conflitos existentes na sociedade, bem como, os avanços e retrocessos do Estado – ao longo da história – ao tentar amenizar/solucionar a questão agrária.

Como Sales bem apresenta, os Assentamentos Rurais são a “materialização” das respostas do Estado frente à luta das famílias sem terra (SALES, 2007). Essa resposta só virá a partir dessa pressão.

Para o MST, o assentamento rural,

... representa o desfecho de um determinado processo político-social onde o monopólio da terra e o conflito social são superados e imediatamente inicia-se um outro: a constituição de uma nova organização econômica, política, social e ambiental com a posse da terra, por uma heterogeneidade social de famílias camponesas. As famílias assentadas têm o compromisso de promover uma agroecologia cooperada que crie a base material e técnico-científico para repensarmos as nossas relações com a natureza e com os demais seres humanos, e que eleve a produtividade física dos solos e a produtividade do trabalho, negando a lógica técnico-científico do capital, estimulando a diversificação produtiva modificando nossos hábitos e atitudes frente a natureza, e alterando nossos hábitos de consumo e de alimentação.¹⁹

Assim, os assentamentos rurais – a partir dessa compreensão – exigem dos assentados uma nova forma de produção, uma nova forma de relação com a terra, uma nova sociabilidade. Novos hábitos na construção de uma “reforma social” (FABRINI, 2007:25), que questiona diretamente a ideologia capitalista vigente.

¹⁹ <http://www.mst.org.br/> - Acessado em 28.08.2009

Para Stédile, dirigente Nacional do MST e um de seus fundadores, os assentamentos feitos no Brasil,

... foram conseguidos após muita luta, muito tempo de acampamento e muitas ocupações de terra. A terra onde se realiza o assentamento normalmente é um latifúndio que foi desapropriado e comprado pelo governo e destinado à utilização dos agricultores. Pode ser também em áreas do próprio governo destinadas a esta finalidade. Os assentamentos organizados a partir da luta do **Movimento dos Sem Terra** procuram planejar e organizar a produção, para viabilizar o assentamento, garantir a subsistência das famílias assentadas, promover o desenvolvimento econômico e social dos camponeses que conquistam a terra (STÉDILE e GORGEN, 1993:85).

Gema Galgani complementa essa discussão, afirmando que a materialização dos assentamentos,

...representa a libertação da terra das mãos de um dono só, de um grande proprietário, para as mãos de vários trabalhadores... Significa a conquista de trabalho livre, que indica a conquista da autonomia do trabalho, a libertação da figura do patrão e do domínio sobre toda a produção. (ESMERALDO, 2007:70)

Para além dessa discussão, um grande desafio encontrado para a implementação dos Assentamentos é a heterogeneidade dos assentados, “sem terra, assalariados, trabalhadores com experiência urbana” (LEITE, 1994:159 apud Guanziroli) Em um mesmo assentamento visões divergentes de ação/produção tentam conviver harmonicamente.

Francisco Amaro em Estudo Intitulado, Segredos Íntimos: A Gestão Nos Assentamentos de Reforma Agrária, afirma que outra dificuldade dos assentamentos é a gestão por parte dos agricultores, principalmente, após a imissão de posse. O governo federal compreende autonomia com abandono, deixando os assentados à própria sorte, o que dificulta a produção, como expõe Flavio, dirigente estadual do MST,

Nós estamos pautando em todas nossas lutas a questão a assistência técnica, mais recurso para os assentamentos. Não dá pra entregar a terra e jogar os trabalhadores lá, eles não têm que ter orientação, aprender a produzir, a utilizar a terra da melhor forma, a comercializar – um ponto muito importante – como comercializar, como escoar a produção... tudo isso tem que ser garantido pelo governo... e não é o que acontece, falta dinheiro pra coisas simples... política de assentamento não é só distribuir terra... é garantir sustentabilidade (entrevista em 10.02.2010)

No entanto, o principal desafio apresentado pelo dirigente do MST, sendo fala constante em todas as entrevistas, refere-se à dificuldade da organização dos assentamentos que não foram frutos de ocupações,

Alguns assentamentos criados pelo governo, até mesmo os que são frutos da reforma agrária de mercado – os da cédula da terra – procuram a gente pra ajudar a reivindicar por mais estrutura, mais recursos..., mas aí é muito difícil organizar esses trabalhadores... Eles têm uma lógica de proprietário muito forte. O primeiro trabalho que temos que fazer, antes de organizar qualquer luta é quebrar o individualismo. (entrevista em 10.02.2010)

Essa realidade é bem diferente quando as famílias assentadas são oriundas de ocupações de terra, como apresenta Erivando,

Quando as famílias assentadas são frutos de uma ocupação o trabalho político já foi todo feito... Elas já construíram uma identidade, sabem como lutar, sabem por que lutar... A gente não precisa estar ensinando... A gente só organiza... Quando essas famílias vão para os assentamentos continuam no trabalho coletivo, continuam na luta coletiva. (entrevista concedida em 01.02.2010)

Ainda, segundo o mesmo interlocutor, percebe-se que é muito importante para o Movimento essa passagem pela ocupação até o estabelecimento em um assentamento, pois,

As famílias que vêm de ocupação, quando se tornam assentadas, continuam no Movimento, respeitam a nossa opinião, participam das nossas atividades e estão prontas para ajudar outros sem terra. (entrevista concedida em 01.02.2010)

Essas discussões/definições sobre assentamentos e ocupações não ocorreram de forma linear- cronológica, visto que cada um dos presidentes eleitos a partir da Constituição de 1988 lançou mão de estratégias diferenciadas no trato da Questão Agrária e na relação com os Movimentos Sociais Camponeses.

Seja de aproximação, indiferença ou criminalização desses Movimentos, seja inserindo de forma mais agressiva ou mais amena o receituário neoliberal na implementação das políticas agrárias e agrícolas, cada governo conseguiu imprimir características bem particulares na história recente das políticas de assentamentos rurais. Tendo como único ponto em comum a centralidade da implementação dessa política enquanto materialização da Reforma Agrária.

O próximo capítulo irá discutir como cada governo lidou com a questão agrária e de que forma implementou as políticas de assentamentos.

4.0.

ACAMPANDO SOB O ESTADO

O Tratamento dado à questão agrária e às ocupações nos Governos Collor/Itamar; FHC e Lula e a Armação da Lona em Solo Cearense

Por Jorge Luis Ribeiro (advogado e escritor)

Quantas prisões serão necessárias para os corpos que gritam liberdade? Como a liberdade da terra aprisionada em farpas da propriedade. Mas a lei do latifúndio, uníssona, absoluta sob as porteiros e cercas da ordem, prevalecem... O estado de direito que sentencia as prisões campeia na miopia do tempo e para prevenção de quem? De quem planta sonhos? A prisão serve para prevenir de que eles perpetuem desordem na ordem da injustiça? Previne para que não façam apologia ao crime de romper as amarras da terra? Quem são os donos da convicção judicial, Excelência? Quem és tu, Excelência? Sois homens ou gramática dos códigos, sois história ou motivação alienada, de que matéria humana te constituís se tua sentença lança grades para resolver a ânsia das sementes? E tu, Exa. despersonificado, é a pessoa do Estado, do Poder, da coerciva mão do decreto, quase absoluto, se não fosse a luz da história a te dizer que tua ordem de denuncia, toda a torpeza argumentativa, perceptiva, jurídica, sensível, contextual, teórica, epistemológica, humana. ...Ela é teu espelho e espelho do Estado. O decreto que arrota poder e advoga direito quando criminaliza a utopia.

4.1. GOVERNO COLLOR / ITAMAR

A Constituição de 1988 institui as eleições diretas para Presidente da República que ocorreria em 1989. O vencedor desse primeiro pleito presidencial, após os mais de 20 anos sem eleições diretas, foi o empresário e político de Alagoas Fernando Affonso Collor de Melo do Partido da Renovação Nacional - PRN, que teve como seu vice o político mineiro Itamar Franco do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB.

Ainda em campanha eleitoral, Collor prometeu assentar 500 mil famílias, no entanto, já no início de seu mandato percebe-se que a sua gestão andaria na contramão da Reforma Agrária.

Uma de suas primeiras medidas vinculadas ao campo foi a posse de Antonio Cabrera Mano Filho, grande proprietário de terras, para o cargo de Ministro do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária. No mesmo ano, cria a Secretaria Nacional da Reforma Agrária para realizar as atribuições do INCRA²⁰.

Cabrera decide não desapropriar terras em conflito, como forma de conter as ações de ocupação promovidas pelo MST e, por meio do Decreto 99.616 extingue a EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural e desativa o SIMBRATER – Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural; passando as atribuições desses órgãos para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. (COLLETI, 2005)

Em 1991, é aprovada a Lei N. 8173/91 que definiu uma nova meta para o número de famílias assentadas; da proposta inicial em campanha: de assentar 500 mil famílias ao longo dos quatro anos, a nova lei se propõe assentar cerca de 227 mil famílias até 1994, ou seja, menos da metade do que foi proposto.

Paralelo a essa política de descaso com a Reforma Agrária, o governo Collor perseguiu e tratou de forma truculenta os militantes e ações do MST, tanto que em julho de 1991, o Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra dedica o seu editorial a publicar as condições as quais estão sendo submetidos,

²⁰ Ainda em 1990 a Secretaria é extinta retornando ao INCRA as atribuições vinculadas à Reforma Agrária.

A política federal está agindo em todo o país, perseguindo e prendendo lideranças da luta pela terra. Estamos assistindo uma avalanche de repressão, que usa todos os seus meios, fazendo escuta telefônica, abrindo correspondência, vigiando os passos das lideranças, infiltrando agentes em acampamentos e assentamentos. (1991:04)

Stédile no livro, *Brava Gente*, avalia que se o Governo Collor tivesse cumprido os anos previstos para a sua gestão poderia ter “*destruído*” o Movimento, pois entendia que todas as suas ações – em consonância e aprovação da UDR – estavam determinadas a retirar o MST do processo de luta e resistência no campo. (2001)

Em 1992, instaura-se um processo de impeachment contra o então presidente Collor de Melo, passando, então, a assumir a presidência o seu vice, Itamar Franco. Collor sai do governo com um saldo de 64 assentamentos, dos quais, apenas 08 eram frutos de desapropriações, sendo os outros projetos de assentamentos implementados em terras já desapropriadas pelo Governo Sarney, as quais ainda não tinham sido utilizadas pelo INCRA.

A posse de Itamar Franco sinaliza um novo rumo para a Reforma Agrária, bem como institui uma nova forma de relação do Estado com os Movimentos Sociais de Luta no campo.

A primeira ação que demarca essa mudança de rumo é a designação de Osvaldo Russo para presidente do INCRA. Osvaldo era funcionário carreirista do INCRA, assessor da CONTAG e ex-coordenador da ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária.

Uma das primeiras medidas do novo presidente do INCRA foi a apresentação do PROGRAMA EMERGENCIAL DE REFORMA AGRÁRIA, que tinha como proposta-base assentar 20 mil famílias em 1993, tendo como público prioritário as 12 mil famílias instaladas em acampamentos do MST.

Itamar adota uma postura mais amigável em relação ao MST, chegando a receber uma comitiva composta por 24 dirigentes do Movimento em Fevereiro de 1993.

Outra ação concreta do Governo Itamar foi a aprovação da Lei 8629/93 – Lei da Reforma Agrária e a Lei Complementar 76/93 que trata do Rito Sumário nas desapropriações.

O papel decisivo do Governo Federal na aprovação dessa lei ocorreu nos vetos a uma série de artigos inseridos pela Bancada Ruralista dos quais se citam,

- a) O artigo que dava o direito ao proprietário-expropriado do imóvel permanecer sob a posse do imóvel até o final do julgamento, quando não coubesse mais nenhum recurso; e ainda,
- b) O artigo que proibia a desapropriação de imóveis do sul e sudeste – com grau de utilização de 40% - até que todos os imóveis do Amazonas – em grau de utilização de 20% - fossem desapropriados.

No entanto, apesar dos vetos, a pressão dos grandes proprietários conseguiu manter outros dois artigos que buscavam emperrar a efetivação da Reforma Agrária, um deles – o Artigo 7.º - afirmava que, se o imóvel tivesse um projeto técnico de implantação, mesmo que sem execução, não poderia ser desapropriado. Outro artigo – o Artigo 12.º - definia que o proprietário teria direito a uma justa indenização, a partir de uma “análise de mercado”.

O MST reconhece o esforço de Itamar em dialogar com os Movimentos Sociais, mas avalia que as ações concretas em direção à Reforma Agrária foram tão incipientes ou mesmo nulas, tal qual a gestão de seu antecessor,

Temos o INCRA dirigido por pessoas sensíveis à Reforma Agrária, embora a máquina administrativa continue inoperante e incompetente. Temos a Lei Agrária e do Rito Sumário... Porém, apesar disso, não se cumpriu as promessas de assentar 20 mil famílias e resolver todos os casos de acampamentos em 1993. (JST. DEZ de 1993)

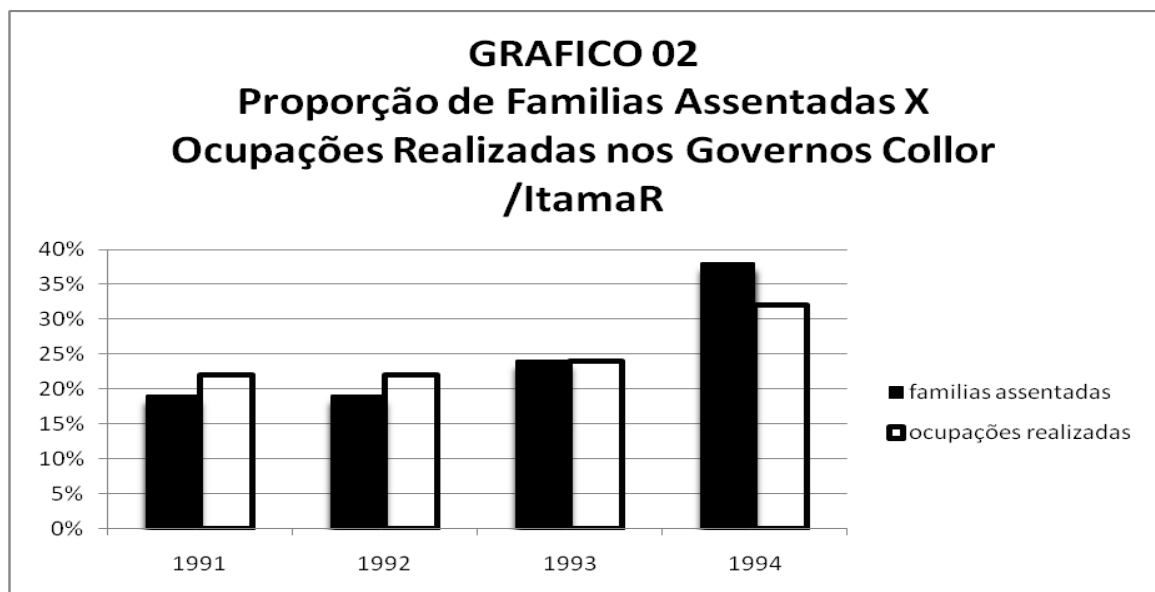
O Governo Collor e Itamar se encerra com saldo negativo, como se apresenta no QUADRO 03 a seguir,

QUADRO 03		
FAMILIAS ASSENTADAS NO GOVERNO COLLOR E ITAMAR: COMPARAÇÃO ENTRE O QUE FOI PLANEJADO E EXECUTADO		
ANO	FAMÍLIAS ASSENTADAS	
	PLANO	REALIZADO
1991	97 mil	10.445
1992	50 mil	10.592
1993	20 mil	13.281
1994	60 mil	20.753
TOTAL	227 mil	55.071

Fonte: MIRAD/DATALUTA

Da promessa de 227 mil famílias assentadas, menos de ¼ foi efetivamente incluída em um Projeto de Assentamento. Sendo que, até 1992 nenhuma terra havia sido desapropriada, na verdade, o que Collor fez foi inserir famílias em Projetos de Assentamentos Criados pelo Governo Sarney.

Ao realizar uma triangulação entre o número de famílias assentadas e o número de ocupações realizadas, pode-se afirmar que – conforme GRÁFICO 02 – as famílias assentadas aumentaram proporcionalmente à ampliação de ocupações de Terra.



Fonte: MIRAD/CPT

Um importante fator que condicionou a ampliação das ocupações foi o papel mais ameno que essas manifestações foram tratadas por Itamar, o que dava mais liberdade para ação do Movimento.

Nesse período, as ocupações de terra, ainda, não tinham se consolidado junto à opinião pública e o MST não possuía a relevância política que passaria a ter nos anos seguintes.

São os acontecimentos do Governo de Fernando Henrique Cardoso que trarão definitivamente o MST e as ocupações de terra para a cena pública.

4.2. GOVERNO FHC – 1.º E 2º GESTÃO

Fernando Henrique Cardoso assume a presidência da República com um discurso Pró-Reforma Agrária, bem diferente do que será implementado em suas duas gestões. Em declaração de campanha, o então candidato à Presidência da República afirmava,

... os conflitos agrários existentes no Brasil são conseqüências de uma situação histórica que as políticas públicas não foram capazes de reverter. São necessárias, portanto, profundas mudanças no campo com o aumento substancial dos assentamentos a cada ano, o objetivo é atingir a cem mil famílias no ultimo ano do governo... (CARDOSO, 1994: 102 apud COLETTI, 2005:245).

No entanto, logo nos primeiros meses percebe-se que Fernando Henrique Cardoso – FHC não tem interesse em dialogar com os Movimentos Sociais.

A estratégia presidencial buscou – em seus meses iniciais – diminuir a relevância da Reforma Agrária, disseminando a idéia de que não existia uma Questão Agrária e sim um número residual de famílias sem-terra.

Esse discurso logo cai por terra, pois com o Massacre de Corumbiara, em 1995, no estado de Rondônia²¹ e, o Massacre do El Dourado de Carajás, em 1996,

²¹ Em agosto de 1995, 300 policiais expulsaram 514 famílias acampadas na Fazenda Santa Eliane, sendo mortos nessa operação, 02 policiais e 10 sem terras.

no estado do Pará²², a problemática agrária entra na pauta mundial exigindo do Governo brasileiro medidas que viessem a conter/solucionar esse problema.

Além da pressão internacional, o MST organizou, em 1997, a Marcha Nacional por Emprego e Justiça²³. Esses acontecimentos impulsionaram o Estado a tomar certas medidas, como,

- a) Criação, em 1996, do Ministério Extraordinário da Política Fundiária (MEPF), transformando-o após um ano em Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA;
- b) Criação do Projeto Lumiar, que – em linhas gerais – buscava garantir Assistência Técnica às famílias assentadas.

No entanto, essa aparente harmonia entre FHC e os Movimentos Sociais do Campo é rompida, ainda, em 1997, quando o Governo cria um programa que tinha como diretriz os preceitos do Banco Mundial para as ações de desenvolvimento agrícola/agrário: O Projeto-Piloto de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza – O Cédula da Terra (PCT).

Esse programa tinha como foco central retirar o Estado de parte das etapas do processo de criação dos assentamentos e fortalecer uma estrutura de mercado para reger as transações de concessão e posse da terra por parte dos agricultores.

Nessa estrutura de Reforma Agrária de Mercado, denominação como ficou conhecida o PCT,

A iniciativa de venda ou não da terra ociosa (em geral de pior qualidade) passaria para o controle dos latifundiários, tradicionais especuladores com a terra, sem a mediação do Estado, e sem qualquer restrição por não cumprirem a função social da terra como se dispõe o artigo 186 da Constituição Federal (FNRA, 1999:03)

²² Em abril de 1996, 19 trabalhadores sem terra foram mortos por uma violenta ação da polícia militar que tentava desbloquear a rodovia PA-150 que havia sido obstruída por 1200 trabalhadores rurais. Essa ação teve repercussão mundial e deu fôlego para que o MST ampliasse sua luta por todo o país.

²³ Essa marcha, composta por centenas de militantes do MST de todo o país, percorreu cerca de 100 quilômetros em 02 meses e chegou em Brasília em 17.04.1997 – exatamente um ano depois do Massacre do El Dourado de Carajás – para realização de uma manifestação com cerca de 100 mil pessoas em frente ao Palácio do Planalto.

Esse cenário se torna mais grave no segundo mandato de FHC, com o fortalecimento da Reforma Agrária a partir do receituário neoliberal e combate/criminalização de qualquer segmento social que viesse ao encontro dessa proposta.

Pautado no discurso do “Novo Mundo Rural”, o Segundo Mandato de FHC amplia e territorializa o PCT, incrementando o Banco da Terra para financiar essas ações. Segundo o governo, a Reforma Agrária tradicional – via desapropriação – era lenta, violenta e ineficaz. Com o Novo Mundo Rural criava-se uma “conjuntura em que as resistências dos proprietários (eram) extremamente reduzidas (favorecendo) a manutenção dos resultados obtidos no atual governo” (MDA, 1999:04)

Para conter os movimentos sociais, eliminando os conflitos, FHC ‘judicializa’ a questão agrária por meio de algumas medidas,

- 1) Em 2000, cria o Departamento de Conflitos Agrários dentro da Polícia Federal;
- 2) Em 2001, edita duas Medidas Provisórias: 2109-48 e 2109-49, que dá nova redação ao Artigo 2.º da Lei 8629 – a Lei da Reforma Agrária,

§ 6º O imóvel rural de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo **não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação**, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência; e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o descumprimento dessas vedações.

§ 7º Será excluído do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal quem, já estando beneficiado com lote em Projeto de Assentamento, ou sendo pretendente desse benefício na condição de inscrito em processo de cadastramento e seleção de candidatos ao acesso à terra, **for efetivamente identificado como participante direto ou indireto em conflito fundiário** que se caracterize por invasão ou esbulho de imóvel rural de domínio público ou privado em fase de processo administrativo de vistoria ou avaliação para fins de reforma agrária, ou que esteja sendo objeto de processo judicial de desapropriação em vias de imissão de posse ao ente expropriante; e bem assim **quem for efetivamente identificado como participante de invasão de prédio público**, de atos de ameaça, seqüestro ou manutenção de servidores públicos e outros cidadãos em cárcere privado, ou de quaisquer outros atos de violência real ou pessoal praticados em tais situações. [grifos meus]

Dom Tomás Balduino, na apresentação do Caderno *Conflitos no Campo*, de 2001, reflete sobre esse momento vivenciado pelos Movimentos Sociais do campo,

A novidade hoje em dia no conflito da terra é a entrada em cena do judiciário que, salvo honrosas exceções, figura numa escandalosa cumplicidade com o governo colaborando em dar uma aparência de legitimidade democrática e social a uma série de abusos de poder por parte do executivo em favor do latifúndio e com total desprezo pela função social da terra. (CPT, 2001:05)

A MP das ocupações, como ficou conhecida impetrou um duro golpe no MST, pois muitos agricultores ficaram amedrontados, não só pela *força da lei*, mas, principalmente pela perseguição, criminalização e violência a que muitos dirigentes do MST passaram a ser submetidos.

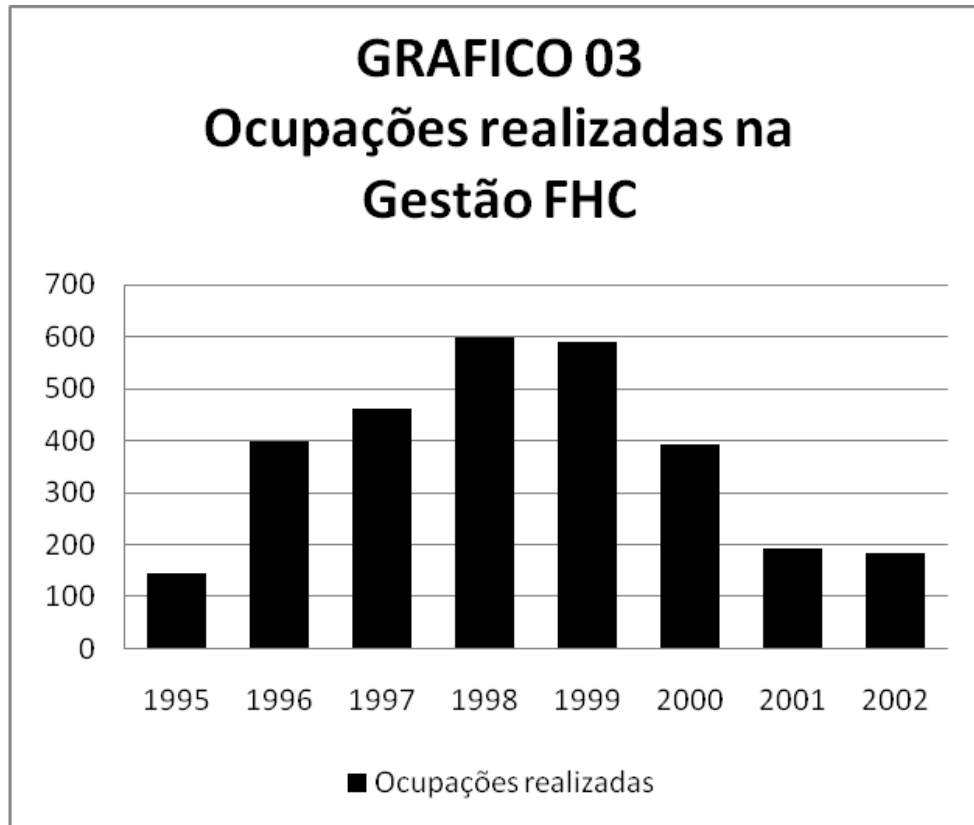
Entendendo a importância e necessidade de continuar com as ocupações, mas tendo cuidado para não colocar as famílias envolvidas, nessa ação, em perigo; o Movimento redefine sua estratégia de ação, como afirma Marcelo, integrante do setor de Direitos Humanos em entrevista concedida para essa pesquisa,

Ora, se a terra fosse ocupada ela não podia ser desapropriada pelos próximos dois anos, então o que a gente fazia? Ocupava a terra do lado! Ou às vezes ocupávamos nas estradas que davam acesso a essa terra..., mas deixar de ocupar, nunca! (entrevista concedida em 25.02.2010)

Continua,

Mas é claro que, mesmo com todo esforço, muitas famílias desistiram de encampar as lutas dos sem terra, tanto porque começaram a acreditar na balela da Cédula da Terra – e hoje estão todos endividados; como porque ficavam realmente com medo da polícia. (entrevista concedida em 25.02.2010)

Esse refluxo das ocupações pode ser analisado, a seguir, no GRÁFICO 03 – Ocupações realizadas na Gestão FHC. Identifica-se que no primeiro mandato de FHC, os massacres de Corumbiara e El Dourado dos Carajás impulsionaram a luta pela terra, contribuindo para a eclosão de diversas ocupações ao longo do país.



Fonte: Cadernos Conflitos no Campo, CPT.

No entanto, quanto mais truculento o Governo se mostrou, menor foi o número de ocupações realizadas e, proporcionalmente, o número de famílias envolvidas nessa atividade. Por exemplo, nos anos de 1996 e 1997, foram envolvidas cerca de 150 mil famílias, em contraponto a esse dado, nos anos de 2001 e 2002, apenas 50 mil famílias, em média, participaram de ocupações de terra.

Em relação ao número de famílias assentadas nesse período, há duas questões relevantes a serem analisadas.

A primeira refere-se ao choque de informações entre o número de famílias assentadas de acordo com o relatório oficial do Governo Federal *versus* o quantitativo apresentado pelo ABRA/DATALUTA.

QUADRO 04		
FAMÍLIAS ASSENTADAS NO GOVERNO FHC SEGUNDO O GOVERNO E A ABRA		
ANO	SEGUNDO O GOVERNO	SEGUNDO A ABRA
1995	42.827	32.699
1996	61.674	19.800
1997	81.944	60.425
1998	101.094	76.027
1999	85.327	25.831
2000	106.986	25.833
2001	102.449	23.573
2002	50.734	41.094

Fonte: Dataluta

Se levar em consideração apenas os dados apresentados pelo próprio Governo – a partir do QUADRO 04– pode-se afirmar que FHC “revolucionou a Reforma Agrária Brasileira”, superando até mesmo as metas propostas em campanha.

No entanto, ainda segundo a tabela mencionada, se comparar com os dados apresentados pela ABRA, pode-se afirmar que a implementação de assentamentos ficou aquém do que foi proposto.

Essa discrepância de informações deve-se a alguns equívocos por parte do Governo ao realizar a somatória:

- 1) Contabilizar a capacidade total do assentamento e não o número efetivo de famílias assentadas;
- 2) Quando os lotes ociosos eram realmente ocupados por uma família, elas eram novamente computadas;

- 3) Assentamentos adquiridos em gestões anteriores que tiveram sua emissão concedida na Gestão FHC eram contabilizadas como famílias inseridas em novos projetos.

Explica-se, então, o porquê dessa disparidade, por vezes, gritante, entre os dados apresentados pelo Governo e pelo IBRA.

A segunda questão refere-se á localização desses projetos de assentamentos. O QUADRO 05, abaixo, apresenta um paralelo - por região do país – entre as ocupações realizadas e o número de famílias contempladas em Projetos de Assentamentos durante os 08 anos de Governo FHC.

QUADRO 05		
COMPARATIVO ENTRE OCUPAÇÕES DE TERRA x FAMÍLIAS ASSENTADAS		
REGIÃO	FAMÍLIAS BENEFICIADAS	OCUPAÇÕES DE TERRA
Norte	219.579	273
Nordeste	210.204	1.163
Centro –Oeste	113.202	551
Sul	53.929	411
Sudeste	38.121	568

Fonte: CPT/MDA

Partindo-se da premissa que as regiões as quais concentram o maior número de ocupações são aquelas que possuem uma maior incidência de problemas agrário-fundiários não seria incoerente afirmar que deveriam ser essas regiões os locais prioritários para a implementação de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária.

No entanto, segundo o quadro apesar do Sudeste ser a região com a segunda maior concentração de número de ocupações, esta região possui o menor índice de famílias assentadas.

O inverso ocorre com a região norte, que possui o menor índice de ocupações, no entanto, absorve o maior número de famílias assentadas em seu território.

Essa foi uma marca impressa no Governo Fernando Henrique Cardoso: uma política aversa às demandas e necessidades populares e em fina sintonia com o receituário neoliberal.

Passado 08 anos o saldo que se constata é um refluxo da luta e das ocupações promovidas pelo MST e, conseqüentemente, um retrocesso das políticas agrícolas e agrárias voltadas aos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

No entanto, as eleições presidenciais reascendem as esperanças de uma efetiva Reforma Agrária com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva.

4.3. GOVERNO LULA – 1.^a E 2.^a GESTÕES

Em 2003, assume o governo o sindicalista, Luís Inácio Lula da Silva. Com histórico vinculado às lutas populares. Pertencente a um partido – Partido dos Trabalhadores – que historicamente pautou suas ações ao lado dos Movimentos Sociais, sua posse renovou as ‘esperanças’ daqueles que nutriam o desejo de presenciar pela primeira vez um Governo Democrático e Popular.

Aumentando essas expectativas, Lula incorpora a sua base de governo, intelectuais e integrantes de Movimentos Sociais vinculados às camadas populares. Na área rural, convida Plínio de Arruda Sampaio para elaborar o II PNRA – Plano Nacional da Reforma Agrária, que tinha a ousada meta de assentar 01 milhão de famílias.

Nos primeiros anos de governo, o MST estabelece uma relação contraditória com o Governo Federal, que, segundo Stédile, em entrevista à Revista Sem Terra de 2005, esta era uma relação de “pau e prosa”, pois refletia a “consciência de que houve mudanças significativas na passagem do Governo FHC para o Governo Lula, embora o eixo central do governo não tenha sido mudado” (2005:37).

Essa relação contraditória se expressa claramente em diversas edições da Revista Sem Terra, quando se verificam - em várias edições – veiculação de publicidade Institucional (propaganda) que apresentam ações do Governo Federal e na mesma edição, duras críticas ao governo Lula. Para ilustrar, seguem-se recortes da edição numero 32 da Revista Sem Terra,

FIGURA 03

RECORTES DA EDIÇÃO NÚMERO 32 DA REVISTA SEM TERRA_SET/OUT 2005

A arte é a expressão dos valores que nos fazem brasileiros. Para demonstrar o acesso a esta arte é preciso incentivo. Por isso, a Petrobras patrocina projetos culturais no Brasil inteiro. Afinal, uma empresa que surgiu de um sonho tinha que incentivar a imaginação do seu povo.

A Petrobras é a maior patrocinadora de cultura do Brasil. Porque as grandes riquezas do País nem sempre estão no subsolo.

O MELHOR DO BRASIL É O BRASILEIRO | PETROBRAS | Ministério de Minas e Energia | GOVERNO FEDERAL

ECONOMIA

O modelo econômico atende plenamente aos objetivos dos seus autores, bancos e grandes empresas.

gões políticas de postular o cargo. Se o ministro cair, o sucessor será provavelmente Murilo Portugal ou outro nome da própria equipe da Fazenda - ou seja, da equipe do FMI e da Febraban (Federação Brasileira dos Bancos).

Pelo que se sabe dos planos do PSDB e do PFL, um processo de impedimento de Lula só entra em pauta se ficar garantido que José Alencar seja levado junto. Neste caso, Severino Cavalcanti assumiria. O presidente da Câmara já soltou seu balão de ensaio: caso assuma a presidência, o ministro da Economia será Delfim Netto, a pretexto de fazer um governo de "união nacional". Delfim há tempos espera uma oportunidade assim, para tentar limpar sua biografia manchada pelos crimes da ditadura, e se posiciona como um dos grandes defensores da política de Palocci. Delfim joga também com a hipótese de a crise atual conduzir a um distanciamento de Lula em relação ao PT, o que daria margem ao tal governo de "união nacional" com Lula.

Em meio à grave crise política, a política econômica obtém êxito incontestáveis. Transfere renda para os mais ricos, tributa quem não pode se defender (assalariados, parte das classes médias, pequenos e micro empresários e os pobres em geral) e distri-

O presidente deixou o desemprego e o salário real nos mesmos níveis que encontrou em 2003.

Lula sustenta a política econômica

CARLOS EDUARDO CARVALHO

Luiz Inácio Lula da Silva já avisou: a política econômica é essa mesma, não vai mudar nada. Em suas falas pelo país, nas queixas contra a crise política e contra os ataques a seu governo, Lula exhibe sempre os êxitos da política econômica. É seu grande triunfo e seu grande triunfo.

Se as denúncias atingirem Palocci, a política econômica não vai mudar, como Lula já reafirmou. Não há qualquer liderança do PT em condi-

Setembro/Octubre 2005 REVISTA SEM TERRA 15

Fonte: Revista Sem Terra, Edição N. 32

A Revista abre sua edição apresentando os projetos culturais e sociais financiados pelo Ministério de Minas e Energia mediante os Editais da Petrobrás e, em suas páginas seguintes, apresenta um artigo que afirma a prioridade dada pelo governo Lula ao Empresariado, tendo como Manchete o seguinte texto, “O modelo econômico atende plenamente aos objetivos de seus autores, bancos e grandes empresários”. (2005:15)

Em relação às políticas agrícolas/agrárias, as alianças políticas construídas ao longo da campanha e que se consolidaram no Primeiro e Segundo mandatos do governo Lula, não permitiram mudanças significativas em relação às propostas para o meio rural implementadas por Fernando Henrique.

Apesar de o Governo Lula ter sido menos truculento no trato ao MST, tendo se reunido diversas vezes com os dirigentes do Movimento, foi no seu governo – por falta de força política da bancada aliada – que, em 2005, foi aprovado por 13 votos a 08 a atribuição enquanto ato terrorista e crime hediondo às ocupações de terra no relatório conclusivo da CPI da Terra²⁴.

Complementando esse fato, apesar do Governo Lula nunca ter usado a MP das Ocupações criada pelo seu antecessor, o atual Presidente não fez esforço algum para extingui-la, deixando-a como uma sombra à luta dos trabalhadores podendo ser acionada a qualquer tempo. Também merece menção a Reforma Agrária de Mercado com financiamento do Banco da Terra, que continua sendo implementado pelo atual governo.

No entanto, o próprio Movimento admite que alguns avanços em relação à assistência aos assentamentos foram conseguidos, como a criação da PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural; a ampliação das linhas de financiamento agrícola para mulheres, quilombolas e jovens; ou ainda a ampliação do repasse de recursos destinados às entidades e movimentos sociais vinculados à questão rural para que pudessem encaminhar ações junto aos assentados.

No entanto, o saldo de assentamentos criados nesse período não foi positivo. O quadro a seguir apresenta uma comparação entre os dados oficiais disponibilizados pelos três governos quanto ao número de assentamentos criados e famílias beneficiadas

²⁴ A CPI da Terra foi instalada em 2003 tendo como relator o então Deputado Federal pelo PT João Alfredo, tinha como objetivo central realizar um diagnóstico da estrutura e condição fundiária do Brasil, no entanto, em 2005, no processo de finalização da CPI, o relatório do Deputado supramencionado foi rejeitado e substituído por um relatório elaborado pela Bancada Ruralista que, dentre as conclusões apresentou as indicações mencionadas no texto acima.

QUADRO 06		
COMPARAÇÃO ENTRE O QUANTITATIVO DE ASSENTAMENTOS CRIADOS E FAMÍLIAS BENEFICIADAS POR GOVERNO SEGUNDO O INCRA- DE COLLOR À LULA		
GOVERNO	ASSENTAMENTOS CRIADOS	FAMÍLIAS BENEFICIADAS
GOVERNO COLLOR/ITAMAR	934	489.429
GOVERNO FHC 1.º MANDATO	2327	287.994
GOVERNO FHC 2.º MANDATO	1953	252.710
GOVERNO LULA 1.º MANDATO	2331	381.419
GOVERNO LULA 2.º MANDATO(até fev/2010)	1017	193.190

Fonte: MDA/INCRA

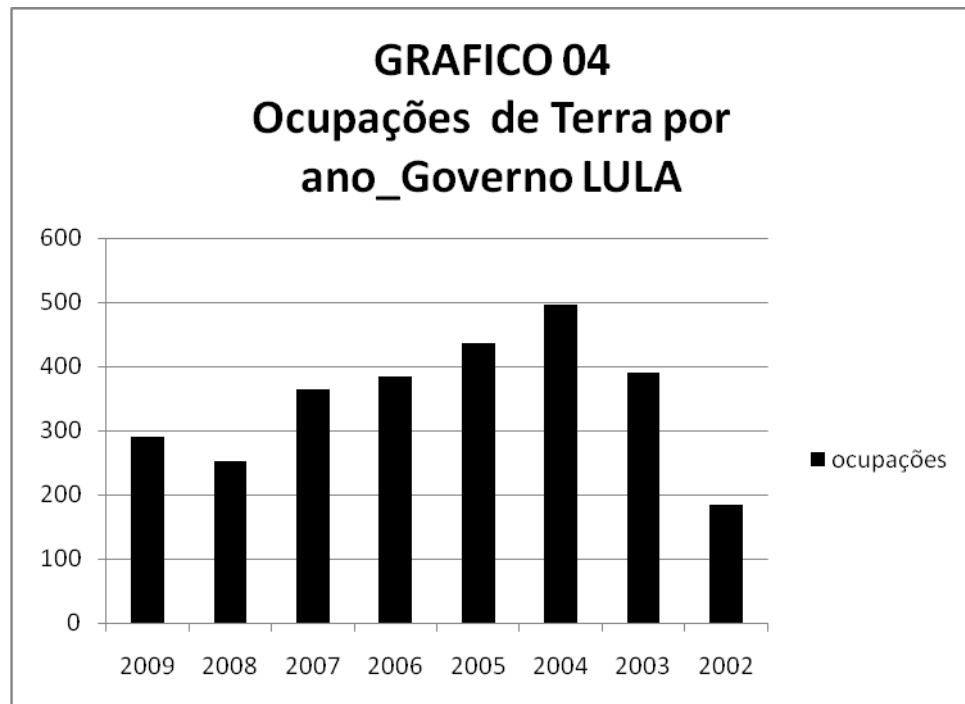
Ao realizar uma análise desses dados em comparação com o histórico e projetos societários dos dois últimos governantes, pode-se afirmar que Lula implementou um número bastante tímido de assentamentos, bem distante da meta de 01 milhão exposto na II PNRA.

Os números se tornam mais alarmantes se, ao invés de avaliar os dados oficiais, se basear nas informações coletadas pelo DATALUTA. Nesse quadro, os dados são bem mais desanimadores.

QUADRO 07		
COMPARAÇÃO ENTRE O QUANTITATIVO DE ASSENTAMENTOS CRIADOS E FAMÍLIAS BENEFICIADAS POR GOVERNO SEGUNDO O DATALUTA- DE COLLOR À LULA		
GOVERNO	ASSENTAMENTOS CRIADOS	FAMÍLIAS BENEFICIADAS
GOVERNO COLLOR/ITAMAR	xxx	163.771
GOVERNO FHC 1.º MANDATO	2389	261.992
GOVERNO FHC 2.º MANDATO	1721	153.644
GOVERNO LULA 1.º MANDATO	1963	198.135
GOVERNO LULA 2.º MANDATO (dados não disponíveis)	Xxx	xxx

Fonte: DATALUTA

Em uma análise mais superficial poderia afirmar que esse número de assentamentos deve-se a pouca pressão do MST por acreditar na possibilidade do governo Lula realmente efetivar a Reforma Agrária. No entanto, por meio dos dados da publicação Conflitos no Campo da CPT, percebe-se que o MST não retrocedeu sua luta. O GRÁFICO 04 apresenta o quantitativo de ocupações o governo Lula.



Fonte: Caderno Conflitos no Campo, CPT.

Como foi mencionado, quanto menos violento era o trato do Governo com o MST, mais ocupações eram realizadas. Apoiados nessa afirmação pode-se considerar que o MST avançou à medida que o Governo respondia de forma mais amena.

No entanto, se o Estado não atuou de forma violenta e por diversas vezes tentou negociar com os Movimentos Sociais camponeses, o mesmo não ocorreu com os latifundiários que tinham suas terras invadidas. Estes continuaram tratando de forma agressiva e repressiva as iniciativas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais com a conivência do Estado.

Além disso, a II PNRA expirou- sem ter atingido sua meta de assentar 01 milhão de famílias – em 2007 e, desde então nenhum outro Plano de Metas foi apresentado pelo Governo.

Em entrevista à UOL, Stédile apresenta um balanço do Governo Lula,

Ao longo desses sete anos, ele (LULA) adotou uma política que agradou gregos e troianos. Ou seja, ele, com sua política econômica, beneficiou os banqueiros, os grandes grupos transnacionais, e, ao mesmo tempo, fez políticas de assistência social, como o Bolsa Família, Prouni, [promoveu] a valorização do salário mínimo, aumentou os recursos para o Pronaf, o que atendeu a uma parcela mais pobre da sociedade brasileira. (UOL notícias²⁵)

No entanto, ainda Segundo Stédile, a mesma estratégia de pactuação não conseguiu ser implementada em relação à questão agrária, pois os interesses são contraditórios e diametralmente opostos,

Porque na reforma agrária não tem como você compactuar latifundiário com sem-terra. Um dos dois tem que perder. E, infelizmente, o número de desapropriações de fazendas, em especial na região Nordeste e nas regiões Sudeste e Sul, que são as regiões mais agrícolas, as desapropriações foram menores do que no governo Fernando Henrique Cardoso.

Avaliar a “história do presente” requer cuidado, pois poucos são os dados disponíveis para tal feito e, aqueles existentes, ainda, encontram-se em fase de análise e maturação. Por isso o que se pode concluir do Governo Lula é que, apesar de uma predisposição para o diálogo, poucas foram as respostas efetivas rumo à consolidação da Reforma Agrária.

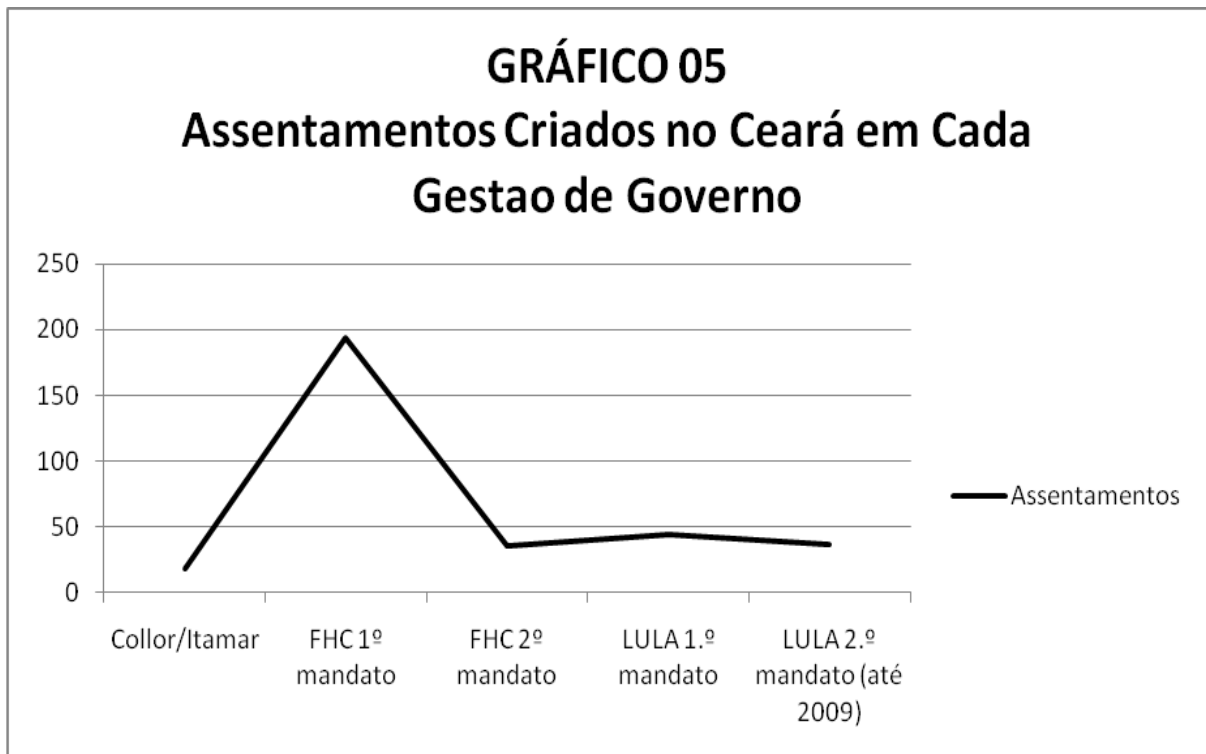
Pode-se afirmar também que se o Governo dialogou com o MST, sendo mais brando ao revidar as ações/ocupações promovidas pelo Movimento; este estabeleceu também um diálogo ameno e frutífero com os latifundiários.

As palavras foram ouvidas, as mentes foram ocupadas com os gritos de luta e resistência, mas, infelizmente, em nenhum dos “Governos Democráticos” a terra foi conquistada em seu sentido pleno, de libertação.

4.4 A IMPLEMENTAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO CEARÁ E O PAPEL DO MST.

²⁵ Entrevista concedida em 15.08.2009 para o site:
<http://noticias.uol.com.br/politica/2009/08/15/ult5773u2075.ihtm> , acessado em 12.10.2009

No Ceará, durante os quase 24 anos de “Governos Democráticos” foram implementados 327 Assentamentos Rurais de Reforma Agrária. Seguindo o mesmo fluxo e refluxo da criação de assentamentos em nível nacional, o estado obteve um grande número de assentamentos na primeira gestão do FHC e um número mínimo de assentamentos no período COLLOR/ITAMAR. O Gráfico 05 auxilia na visualização desse fluxo de criação de assentamentos no estado.



Fonte: SIPRA,2010

Ressaltando que, no primeiro mandato de FHC, a enorme pressão nacional e internacional sobre o Governo após os Massacres de Corumbiara e Carajás resultou nesse considerável número de assentamentos criados. No entanto, logo se percebe que esta não se tornaria uma característica de seu governo, visto que, logo em seguida, houve uma diminuição do quantitativo de assentamentos criados.

A mesma proporção ocorre em relação ao número de famílias beneficiadas, conforme apresenta o QUADRO 08.

QUADRO 08	
FAMÍLIAS ASSENTADAS NO CEARA EM CADA GESTÃO DE GOVERNO	
GOVERNO	FAMILIAS (N.)
Collor / Itamar	1.042
FHC 1.º Mandato	10.679
FHC 2.º Mandato	1.271
LULA 1.º Mandato	1.545
LULA 2.º Mandato (ATÉ 2009)	1.070

Fonte: SIPRA/INCRA

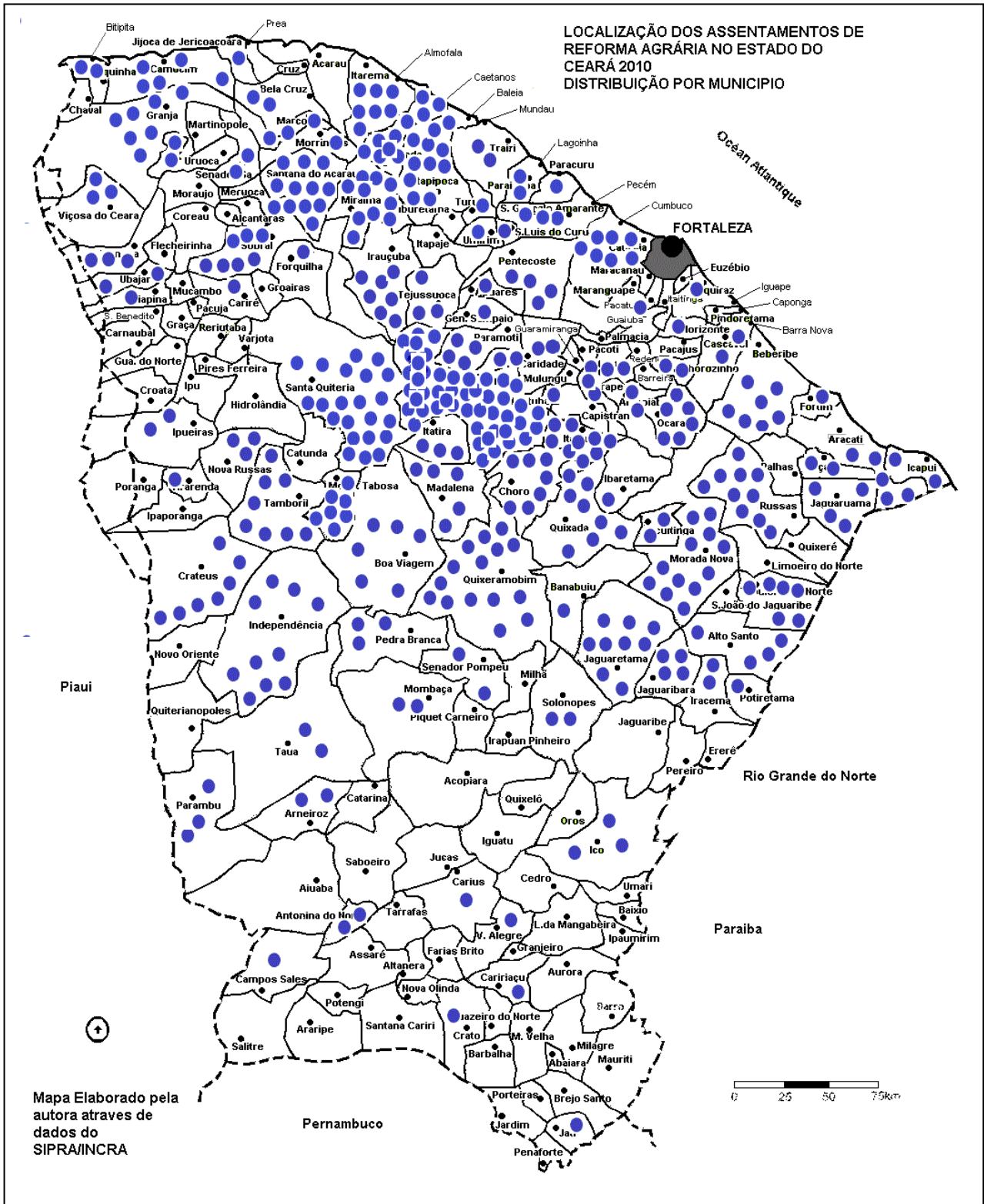
Assim como em âmbito nacional, os assentamentos criados no estado não eram frutos de planejamentos e análises de viabilidade e sim, da pressão que o MST impunha. Juliano integrante da Regional Patativa apresenta importantes elementos sobre esse assunto, quanto este afirma que

As ocupações organizadas pelo MST aqui no Ceará são fundamentais para direcionar a política agrária do estado, pois temos um mapeamento das demandas e das áreas que podem resultar em projetos de assentamentos. Temos as famílias dentro do perfil, temos o conhecimento da realidade e temos as condições de pressionar o estado para que o assentamento seja criado. (entrevista concedida em 22.03.2010)

Reflexo dessa fala do Juliano pode-se afirmar, conforme figura 04, que a localização dos assentamentos rurais de reforma agrária, criados no Ceara estão em sintonia com os locais onde ocorrem/ocorreram as ocupações. Para isso basta relembrar a figura apresentada na página 49, onde se expõe o mapeamento das ocupações realizadas aqui no Ceará.

Comparando os dois mapas, os Assentamentos se concentram nas mesmas áreas onde as ocupações são mais – quantitativamente – significativas: Sertão Central, Sertões de Canindé, Maciço de Baturité e Região Metropolitana de Fortaleza. No Anexo 04, poderá ser apreciado cada um dos municípios contemplados com assentamentos.

FIGURA 04
ESPACIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DO CEARÁ



A nova estratégia do MST é a articulação com os Movimentos Sociais Urbanos, assim, recentemente o MST em parceria com a CMP – Central dos Movimentos Populares ocupou um sítio localizado na área urbana de Fortaleza, no bairro José Walter (FOTO 03). Segundo os dirigentes do MST essa ação se justifica pois as carências por qualidade de vida, moradia e renda são comuns aos homens do campo e da cidade, por isso para fortalecer a luta de ambos as ações devem ser articuladas.

FOTO 03

OCUPAÇÃO EM ÁREA URBANA_ ARTICULAÇÃO CMP E MST



Fonte: Arquivo do MST

Se essa articulação urbano/rural trará resultados para ambos os Movimentos não se pode afirmar, no entanto, está claro que o MST extrapolou o meio rural, trazendo aos movimentos urbanos sua principal estratégia de ação, A Ocupação de Terra. Basta agora analisar atentamente o cenário cearense para saber se as ocupações dos vazios urbanos trarão resultados similares ao que, nos últimos anos, foram atingidos na ocupação dos latifúndios.

5.0.
COLHENDO OS FRUTOS DESSA AÇÃO:
À Guisa de Conclusão

Enquanto existir latifúndio por aí e homens e mulheres de luta que se rebelem contra a situação de exploração a que são submetidos, nós estaremos lá ocupando terra e libertando-a das mãos do opressor para garantir vida e produção para o agricultor (Fernando, dirigente do setor de Frente de Massas)

Após essa jornada, alguns resultados podem ser colhidos, não só em relação ao foco central dessa pesquisa: o papel das ocupações para consolidação de assentamentos, mas o papel e significância das ocupações para a melhoria das condições de vida do homem do campo.

Um primeiro avanço – inegável – que pode ser atribuído à ocupação de terras é a emergência ao cenário político das condições e necessidades dos trabalhadores rurais. É a partir dessa ação e por essa ação que, ao longo de toda a história democrática do estado brasileiro, as políticas agrícolas/agrárias voltadas para os trabalhadores rurais foram criadas.

Até o Governo Lula não foi possível identificar nenhum programa de governo que apresentasse de forma planejada os assentamentos a serem criados – que eram criados a reboque das pressões do MST.

No entanto, apesar dessa centralidade das ocupações tanto do ponto de vista quantitativo – em relação do número de famílias assentadas – como do ponto de vista qualitativo – com o fortalecimento político das lutas e movimentos do campo, bem como a criação de espaços de reflexão na sociedade sobre a questão agrária, esta ação não foi capaz de alterar a estrutura fundiária do País.

Muitas foram as conquistas que foram impulsionadas pelas ocupações, como a ampliação de políticas para o campo nas áreas de **Educação**, como o PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, **Cultura**, como os Pontos de Cultura localizados nos Assentamentos Rurais, **Inclusão digital**, como o CRID – Centros Rurais de Inclusão Digital, **Assistência Técnica**, como os ATER – Assessoria Técnica e Extensão Rural, etc. No entanto, ainda não se conseguiu uma efetiva Reforma Agrária.

Não se quer, com isso, diminuir a relevância dessas conquistas, pois tiveram o papel central de melhorar as condições de vida dos moradores do campo, oportunizando acesso a direitos, bens e serviços até então inexistentes. Mas políticas focalizadas e pontuais não podem substituir o foco central que direciona toda a luta na terra e pela terra: a efetiva transformação das condições de

exploração e expropriação a que são submetidos os trabalhadores e trabalhadoras do campo.

Cientes de que essa luta é árdua, portanto, requer esforços. Nos últimos anos, o MST vem fortalecendo duas ações: A primeira, consolidada a partir de sua inserção na Via Campesina, movimento internacional que congrega diversos movimentos sociais do campo ao redor do mundo e, a segunda, com o fortalecimento da sua articulação com os movimentos urbanos.

Apesar de sua consolidação em nível nacional e internacional, sendo, hoje, considerado um dos principais Movimentos Sociais na luta pela terra. Nos últimos anos, sua principal estratégia de ação, as ocupações de terra, vem passando por um processo de crítica e deslegitimação por parte da opinião pública.

Tal afirmação é pautada nos dados oriundos de duas pesquisas de opinião realizadas em dois contextos históricos diferenciados. Em 1996, a Vox Populi perguntava ao povo brasileiro o que ele achava das ocupações de terra e qual a sua opinião sobre o MST. O resultado foi o seguinte: 69% da população acreditavam que a ocupação de terra era um instrumento de ação correto, enquanto 89% dos entrevistados afirmavam ser o MST o legítimo representante dos trabalhadores rurais.

Já em 2009, o DATAFOLHA perguntou se as pessoas concordavam com as ocupações de terra. Obteve como resultado, que 92% dos entrevistados eram contra essa ação, afirmando ser essa uma ação violenta.

Certamente esse resultado é reflexo do contexto histórico em que se vivia em cada uma das pesquisas. Na primeira o país presenciava – perplexo – os acontecimentos de El Dourado dos Carajás e, talvez por isso, apoiassem ações que se rebelassem contra aquele ato.

Já na última pesquisa, vivenciava-se um Governo “supostamente” popular e aberto à negociação, então, porque realizar uma ‘invasão’ se “a porteira estava aberta”? Afinal, o Governo Lula tinha um forte apelo popular e uma imagem vinculada à luta dos trabalhadores, talvez, por isso, houvesse uma compreensão de que a pressão fosse desnecessária.

Apesar desses dados, o MST acredita que as ocupações de terra são o único instrumento que os trabalhadores rurais possuem para serem ouvidos, não existindo outra forma de negociação que não seja mediante a pressão popular.

Independente dos ganhos concretos – que podem afirmar que foram muitos – é mais importante perceber que sem a existência de uma ação concreta e de Movimentos Sociais com estrutura organizacional e alinhamento político, Os Trabalhadores Rurais dificilmente conseguiriam qualquer vitória contra o Latifúndio visto que, o Estado – como se identifica ao longo da história – vem pautando suas ações a partir das demandas e pressões que sofre.

Sendo assim, caso os movimentos sociais camponeses não estivessem organizados, a única pressão que o Estado sofreria viria do lado dos grandes proprietários rurais.

Por isso, pode-se afirmar que as ocupações de terra são fundamentais, centrais e imprescindíveis para tornar audíveis as demandas e anseios dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

6.0.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. *Segredos íntimos: A gestão nos assentamentos de Reforma Agrária*. Fortaleza: UFC, 1998. Dissertação de mestrado (Texto digitado).

BARREIRA, Cesar. *Trilhas e atalhos do poder – Conflitos Sociais no sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. Trad. Marcos Estevão e Renato Aguiar. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Política Social no Capitalismo Tardio*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BETO, Frei. *Para uma melhor distribuição da terra – O desafio da reforma agrária (versão popular)*. São Paulo: Loyola/CPT, 1998.

BOFF, Leonardo. *Igreja, carisma e poder*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1993.

BOGO, Ademar. *Lição da luta pela terra*. Salvador: Memorial das letras, 1999.

_____. *O vigor da mística*. Caderno de Cultura nº 2. São Paulo: MST, 2002.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rosetti; SANTOS, Silvana Mara; MIOTO, Regina Célia (Org.). *Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008.

BOSCHI, Renato Raul. *A Arte da Associação: Política de Base e Democracia no Brasil*. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1987.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 35ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005, (coleção Saraiva de legislação).

_____. Decreto n. 91.766, de 10 de outubro de 1985. Aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, e dá outras providências. *Estatuto da Terra*. 14ª ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1999.

_____. Lei Complementar n. 76, de 6 de julho de 1993. Dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel

rural, por interesse social, para fins de reforma agrária. *Estatuto da Terra*. 14ª ed. atual. e ampl. São Paulo; Saraiva, 1999.

_____. Lei Complementar n. 88, de 23 de dezembro de 1996. Altera a redação dos arts. 5º, 6º, 10 e 17 da Lei Complementar n. 76, de 6 de julho de 1993, que dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária.

_____. Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. *Estatuto da Terra*. 14. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1999.

_____. Lei n. 8173, de 30 de janeiro de 1991. Dispõe sobre o Plano Plurianual para quinquênio 1991/1995. São Paulo; Saraiva, 1999.

_____. Lei n. 8629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. *Estatuto da Terra*. 14ª ed. atual. e ampl. São Paulo; Saraiva, 1999.

_____. Medida Provisória 2.109-47, de 27 de dezembro de 2000. Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis n. 4.504, de 20 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências.

CALDARTE, Roseli S. *Pedagogia do movimento Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. *Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil*. Curitiba: IICA/NEAD, 1998.

COLETTI, Claudinei. *A Trajetória Política de MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*. Campinas: 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

COMPARATO, Bruno Konder. *A ação Política do MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CONCRAB. *A evolução da Concepção da Cooperação Agrícola do MST (1989 - 1999)*. São Paulo: CONCRAB, 1999 (Texto digitado).

_____. *A Evolução da cooperação agrícola do MST (1989 a 1999)*. Caderno de Cooperação Agrícola nº 08. São Paulo: CONCRAB, 1999.

_____. *Desafio da Organização nos Assentamentos*. Caderno de Cooperação Agrícola n.º 07. São Paulo: CONCRAB, 1998.

_____. *Enfrentando os desafios da organização nos assentamentos*. Caderno de Cooperação Agrícola nº 07. São Paulo: CONCRAB, 1998.

COUTO, Berenice Rojas. *O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?* São Paulo: Cortez, 2008.

CPT. *Conflitos no campo (ano de 1985 a 2009)*. Goiânia: CPT, 2010.

DAGNINO, Evelina. *Os Anos 90: política e sociedade no Brasil*, 1ªed. São Paulo, Brasiliense, 2004.

DOMINGOS NETO, Manuel. *Os Poderosos no sertão*. IN Revista de ciências sociais – Práticas e Representações Regionais. Vol. 30. Fortaleza: EDUFC, 1999.

_____. *Seca seculorum - flagelo e mito na economia rural piauiense*. Teresina: Fundação CEPRO, 1983.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Sociedade Civil e Democracia: Um debate necessário*. São Paulo: Cortez, 2007.

ESMERALDO, G. G. S. L.; SALES, C. M. V.; BARQUETE, Paulo (Orgs.). *Terra, Sujeitos e Condição Agrária*. 1ª ed. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2007.

FABRINI, J. E. Latifúndio e agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital. Revista Pegada, Presidente Prudente, n.9, v.1, 2007.

FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

FARIAS, Airton de. *História do Ceará – dos índios à Geração Cambeba*. Fortaleza: Tropical, 1997.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *20 anos de MST e a perspectiva da Reforma Agrária no Governo Lula*. São Paulo: Publicações NERA, 2004.

_____. *A Formação do MST no Brasil*. Petropolis: Vozes, 2005.

_____. *Gênese e desenvolvimento do MST*. São Paulo: MST, 1999.

_____. *Movimento Social como categoria Geográfica*. In: Terra Livre, nº 15. São Paulo: AGB, 2000.

_____. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. *Questão Agrária, Pesquisa e MST*. São Paulo, Cortez, 2001.

FIORI, José Luis da Costa; TAVARES, Maria Conceição. *(Des)Ajuste global e modernização conservadora*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

GERMER, Claus Magno. O Desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

GOHN, Maria da Glória. *Historia dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Movimentos Sociais e a luta pela Moradia*. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. *Movimentos Sociais e Educação*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1995.

GONDIM, Linda. O Governo das Mudanças 1987 a 1994. In: SOUZA, Simone de (Org.). *Uma nova história do Ceará*. 3ª ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2004.

GÖRGEN, Frei Sérgio; STEDILE, João Pedro. *A Luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Scritta, 1993.

GOVERNO DO CEARÁ. *Dinâmicas das áreas de assentamentos de Reforma agrária do Ceará*. Fortaleza: INPLANCE, 1998.

GRZYBOWISKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes/ FASE, 1987.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1992.

INCRA. *Aspectos administrativos no processo de criação dos projetos de Reforma Agrária – 1980 a 2009*. Fortaleza: INCRA / SIPRA.

LAURELL, Asa Cristina (Org.). *Estado e políticas sociais no neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, 1997.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e Voto*. São Paulo: Alfa e Omega, 1975.

LOPES, Cinthia Fonseca. *15 anos em Movimento: A Organização Política do MST no estado do Ceará*. Fortaleza: UECE, 2004. Monografia de graduação em Serviço Social (Texto digitado).

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. *A questão agrária brasileira e o papel do MST*. In: STÉDILE, João Pedro. *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *Caminhada no chão da noite – emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: HUCITEC, 1989.

_____. *Expropriação e Violência*. São Paulo: HUCITEC, 1991.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. 1ª ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

MARTINS, Mônica Dias. *Modernização do estado e reforma agrária*. In: PARENTE, Josênio; ARRUDA, José Maria (org.). *A Era Jereissati*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

_____. *Os desafios da cooperação em assentamentos da reforma agrária do Ceará*. Fortaleza: ANCA, 1994.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. *História dos Movimentos Sociais do Campo*. Rio de Janeiro: FASE, 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. *Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um Novo Mundo Rural. Política de Desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado*. Brasília, 1999.

MIRAD/INCRA. *Proposta para a elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República - PNRA*. Brasília: INCRA, 1985.

MONTENEGRO. Antônio Torres. *História oral e memória – A cultura popular revisitada*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1994.

MORISSAWA, Mitsue. *A História da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão popular, 2001.

MST. *A cooperação agrícola nos assentamentos*. Cadernos de formação. nº 20. São Paulo: MST, 1993.

_____. *A vez dos valores*. Caderno de Formação nº 26. São Paulo: MST, 1998.

_____. *Assassinatos no campo – Crime e Impunidade (1964-1986)*. 2ª ed. São Paulo: Global, 1987.

_____. *Calendário Histórico dos Trabalhadores*. São Paulo: MST, Setor de Educação. 3ª ed., 1999.

_____. *Construindo Caminho*. São Paulo: MST, 1986.

_____. *Cooperativas de produção. Questões práticas*. Caderno de formação. nº 21. São Paulo: MST, 1997.

_____. *Golpe nos trabalhadores*. *Revista dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. São Paulo: out/nov, 1985.

_____. *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, fev. 1985; mar.-maio 1985; set. 1985; out.-nov. 1985; jun. 1986; out. 1986; jan. 1987; dez. 1987; jan. 1988; fev. 1988; mar. 1988; abr. 1988; dez. 1988; set. 1989; dez. 1989; out. 1990; mar. 1991; jul. 1991; fev. 1992; abr. 1992; out. 1992; jul. 1993; dez. 1993; abr. 1995; maio 1995; ago. 1995; set. 1995; jan.-fev. 1996; maio 1996; jul. 1996; abr.-maio 1997; fev. 1998; jan.-fev. 1999; maio 2000; jun. 2000; jul. 2000; ago. 2000; abr. 2001; ago. 2001; nov.-dez. 2001.

_____. *Mulheres Sem Terra. Lutando e semeando novas relações de gênero*. São Paulo: MST, 2004.

_____. *Plano Nacional do MST: 1989-1993*. Caderno de Formação nº 17. São Paulo: MST, 1989.

NAVARRO, Zander, Setes teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo, o MST e a reforma Agrária. In: STEDILE, João Pedro (Org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. São Paulo: Vozes, 1997.

_____. Mobilização sem emancipação – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *O projeto-piloto “Cédula da Terra” – comentário sobre as condições sociais e político-institucionais de seu desenvolvimento recente*. 1998. Disponível em: <<http://www.nead.org.br>> Acesso em: 10 fev. 2010.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NEVES, Frederico de Castro. A seca na história do Ceará. In: SOUZA, Simone de (Org.). *Uma nova história do Ceará*. 3ª ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2004.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Íris Moreira de. Cultura política, direitos e política social. In: BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008.

PARENTE, Josênio; ARRUDA, José Maria. (Org.) *A era Jereissati*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

PELUSO, Luis Alberto. *O projeto da modernidade para o Brasil*. Campinas: Papyrus/PUC – Campinas, 1994.

PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA. Brasília: INCRA, 1985.

_____. Brasília: INCRA, 2003.

RAICHELIS, Raquel. *Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1985.

ROMEIRO, Adhemar; GUANZIROLI, Carlos; LEITE, Sérgio (orgs.). *Reforma Agrária: produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate*. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: IBASE: FAO, 1994.

SADER, Eder. *Quando os novos personagens entram em cena*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). *Pós Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*, 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

SILVA, José Gomes da. *A reforma agrária brasileira na virada do milênio*. Campinas: ABRA, 1996.

SILVA, José Graziano da. *O que é a questão agrária*. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *Para entender o PNRA*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SOUZA, Simone de (Org.) *Uma nova história do Ceará*. 3ª ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2004.

STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária hoje*. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Da Universidade. UFRGS, 1994.

_____. *A Reforma Agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. O MST e a Questão Agraria In: Estudos Avançados. Numero 11. São Paulo, 1997. Pag 69 a 88.

_____; FERNANDES, Bernardo M. *Brava Gente – A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. *CIC: A “Razão Esclarecida” da FIEC*. Série Propostas alternativas n. 04. Fortaleza: IMOPEC, 1995.

TELLES, Vera da Silva. *Direitos Sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

Sítios da Internet.

www.ibge.com.br

www.iplance.com.br

www.dataterra.com.br

www.mst.org.br

www.nead.org.br

www.dataluta.com.br

www4.fct.unesp.br/dataluta

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)